



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0006/03	DATA: 07/01/03
INÍCIO: 09h30min	TÉRMINO: 13h45min	DURAÇÃO: 04h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h17min	PÁGINAS: 112	QUARTOS: 51
REVISÃO: Cláudia Luiza, Graça, J. Carlos, Márcia, Myrinha		
CONCATENAÇÃO: Myrinha		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSE GUILHERME DA MOTTA - Gerente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA da Bahia. PEDRO CERQUEIRA LIMA - Presidente da BioBrasil. OTAVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS - Proprietário das Fazendas Serra Branca, Raposa e Yuié. JOSELITO DOS SANTOS - Ex-traficante de animais silvestres. REGINALDO FERREIRA LIMA - Ex-traficante de animais silvestres. ORLANDO DOS SANTOS - Motorista de caminhão, acusado de tráfico de animais. JOÃO BATISTA DE SANTANA - Ex-traficante de animais silvestres. JOSE DANTAS DE SANTANA - Ex-traficante de animais silvestres. GILDA DE ALMEIDA FORTE - Funcionária do IBAMA/Bahia. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS - Funcionário do IBAMA/Bahia. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES - Funcionária do IBAMA/Bahia. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA - Proprietário de minizoológico na Bahia.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
---------------------------------

OBSERVAÇÕES
TRADUÇÃO <i>IPSIS VERBIS</i> . Reunião realizada em Salvador, Bahia, na Assembléia Legislativa do Estado. Há oradores não identificados. Há trechos ininteligíveis. Há trechos inaudíveis. Há intervenções inaudíveis. Grafia não confirmada: <i>Onzito Vieira</i> (nome citado). Houve determinação, por parte do Presidente, de retirada de expressões anti-regimentais.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Na qualidade de Vice-Presidente, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão e na ausência do titular, assumo a Presidência. Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras. Esta reunião foi convocada para tomar depoimentos de várias pessoas, e eu convido para tomar assento à Mesa o senhor servidor do IBAMA, o Superintendente, se estiver presente, Pedro Cerqueira Lima, aliás, o Gerente do IBAMA José Guilherme da Motta. *(Pausa.)* Antes de passar a palavra ao depoente, eu queria dar ciência de que ele não poderá ser interpelado nem interrompido enquanto estiver fazendo a sua exposição, que será de 20 minutos. Depois, os Deputados interessados em interpelá-lo poderão se inscrever, antes, dando a palavra ao Relator para fazer os questionamentos devidos. E, para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura. Peço ao depoente que leia esta parte em negrito.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Prestado o juramento, dou a palavra ao depoente pelo prazo de 20 minutos.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Eu agradeço a gentileza de ter sido convidado, inicialmente para fazer o depoimento, e também quero declarar que eu desconhecia a metodologia que iria ser utilizada, porque iria preparar pelo menos um roteiro formal para seguir. Então, eu estou também informando que o depoimento será formatado em função das perguntas e do que for possível me lembrar nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. José Guilherme, se o senhor tiver dificuldade de fazer a exposição porque não foi previamente cientificado, eu então passo a palavra ao Relator, que fará as indagações, e o senhor prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Pois não, eu até prefiro que a forma seja essa.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, Deputado Asdrubal Bentes, Dr. José Guilherme da Motta, senhoras e senhores presentes, todos nós sabemos que o Brasil é o País que detém a maior biodiversidade do planeta. E justamente por termos essa imensa riqueza potencial é que nós temos que, cada vez mais, ficar atentos à preservação dessas riquezas. Portanto, essa CPI visa a dar um respaldo político a uma questão que até então tem sido colocada à parte dos grandes debates nacionais, injustamente. Hoje nós sabemos que o tráfico de animais silvestres e o tráfico de madeira envolve quantias que só perdem para o tráfico de drogas e para o tráfico de armas. E o Brasil, que detém esse imenso banco genético, essa imensa riqueza potencial, cada vez mais se vê agredido por esse tipo de atividade ilegal, atividade que, ao contrário das outras atividades ilegais, já trata diretamente com a vida. Na realidade, o tráfico de animais silvestres, o tráfico de madeira, a biopirataria, nós estamos traficando vidas e tirando o futuro das nossas gerações, tirando o futuro, as possibilidades das novas gerações de poderem usufruir de uma maneira mais adequada da nossa biodiversidade. Portanto, Dr. José Guilherme da Motta, é com o sentimento de dever a cumprir que nós estamos fazendo esta reunião hoje aqui. E as perguntas que gostaria de fazer, vou fazê-las todas de uma vez, porque aí fica mais fácil a resposta. Há quanto tempo o senhor está à frente da gerência na Bahia? *(Pausa.)* Não, eu vou fazer as outras perguntas. O senhor acha que o tráfico de animais silvestres e também de madeira, pau-brasil, que tem sido acentuado aqui na Bahia, ele tem raízes em questões sociais, em questões políticas ou meramente comerciais? Matérias, inúmeras matérias que foram, ao longo desses últimos anos, veiculadas na mídia dão conta de que há uma grande incidência de corrupção nas unidades daqui da Bahia. O senhor poderia fazer uma explanação sobre os principais aspectos causadores dessa corrupção, bem como as unidades mais críticas e que já foram denunciadas? Eu mesmo, quando Ministro, determinei ao IBAMA que fizesse uma rigorosa auditoria nas gerências, principalmente no sul da Bahia. O senhor tem conhecimento do resultado dessas auditagens? Como o senhor vê as unidades de Eunápolis, Teixeira de Freitas e Barreiras? Nós sabemos que aqui na Bahia existem problemas no que diz respeito à pesca, existem problemas no que diz respeito à Mata Atlântica, existem problemas no Raso da Catarina, com tráfico de animais, e nós gostaríamos



de saber quais as medidas que foram tomadas para enfrentar esses problemas. O senhor tem conhecimento da existência de uma quadrilha de traficantes instalada em Cipó? Se tiver, o que foi feito para inibi-la? Quanto à questão do pau-brasil, por que a Operação Descobrimento falhou? A ocorrência de vendas de ATPF foi muito grande aqui na Bahia. O senhor poderia explicar por que essa incidência enorme, diferenciada das outras Unidades da Federação? Enfim, gostaríamos que o senhor nos desse a sua opinião, qual o modelo que gostaria que fosse empreendido no IBAMA? São basicamente essas as perguntas. Quanto à última pergunta, em que gostaríamos de ouvir sua opinião e inclusive suas sugestões para o combate ao tráfico, quero desde já deixar claro que não fazemos questão dessa resposta agora, o senhor pode mandar por escrito depois, e qualquer das perguntas que achar que não tem condições de responder agora, nós também aguardaremos por escrito; é lógico que teremos um tempo muito restrito, no máximo 5 dias, para essas respostas. *(Pausa.)* E a última pergunta que me chegou, feita pela Assessoria, que gostaria de lhe passar também, é a respeito de Eunápolis. Há denúncias constantes de que a corrupção está instalada naquela unidade. Qual foi a atitude tomada para combatê-la? Por que não fechou, por exemplo, aquela unidade? Por que não interveio naquela unidade? São essas, Sr. José Guilherme da Motta, Sr. Presidente, as perguntas que a Relatoria gostaria de colocar.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Nós estamos no IBAMA nos últimos 7 anos, à frente da gerência. A segunda pergunta versa sobre o tráfico de madeira, do pau-brasil, se as raízes são sociais, políticas ou comerciais. Eu entendo que existe, o que, às vezes, é flagrado pela fiscalização, diz muito respeito ao aspecto comercial da questão. Naturalmente, quem faz esse tipo de tráfico o faz para se locupletar, para ter benefícios financeiros. Entretanto, também se deve entender que eles procuram se valer de aspectos sociais, recrutando possivelmente pessoas de menor capacidade econômica. Mas há um aspecto que convém esclarecer aqui: muitas das vezes, quando se denuncia tráfico de madeira, de pau-brasil, há uma interpretação equivocada sobre o assunto; recentemente, nós procuramos até aprofundar o assunto sobre uma denúncia que houve sobre o fornecimento de ATPF para o tráfico de madeira, onde a própria ATPF dizia que era pau-brasil. E nós verificamos o seguinte: o cidadão que é artesão tem um pequeno ateliê em



Eunápolis, ele é especialista em pau-brasil; e ele vai peregrinando, de fazenda em fazenda, identificando peças de pau-brasil, que são usadas como estacas, outras são usadas como mourões em currais, e muitas vezes são peças que estão abandonadas no campo há muitos e muitos anos. Então, essas peças, que às vezes datam de mais de 20 ou 30 anos, ele então, que conhece as peças, identifica as peças, reúne todas e aí, uma vez que ele tenha 1, 2, 3, 4 metros cúbicos ou mais, ele chama o IBAMA; o IBAMA vai lá, faz a vistoria, fotografa. É um processo legal, absolutamente legal, e aquela madeira, que são pequenas peças, são transformadas em outras peças, de cerca de 1 metro de comprimento por 12 centímetros de largura e 3 de espessura, que se prestam então para arco de violino. Então, há que ficar muito atento, porque uma boa parte dessa madeira... e, segundo o artesão — que vocês até poderiam procurá-lo lá em Eunápolis, acho que valeria a pena, vou tentar identificar o nome dele, para oferecer a vocês —, segundo ele, ainda existe muito pau-brasil sendo utilizado em cerca e em mourões de curral. Bem, quanto à matéria jornalística versando sobre corrupção de unidades da Bahia, principalmente em Eunápolis, Teixeira de Freitas e Barreiras, que são consideradas unidades críticas, temos que distinguir alguns aspectos. Até uns 3 anos, tínhamos à frente de Eunápolis uma funcionária, que era chefe do escritório, a Dra. Léa, e a Dra. Léa impunha um trabalho muito sério, e a tal ponto que ela começou a ser ameaçada de vida. Segundo ela me declarou, essas ameaças eram por telefone, às vezes por cartas, pessoas amigas que diziam que tinham conhecimento de que ela estava já como a bola da vez para ser morta, e a Léa acabou saindo. Segundo ela, essas ameaças estariam ligadas a serrarias e a pessoas que estavam sendo demitidas das serrarias, principalmente depois da colocação em prática da Resolução nº 240, pelo CONAMA, que proibia os planos de manejo, suspendia todos os planos de manejo. Posteriormente a essa Resolução nº 240, houve a Resolução nº 248, que solicitava estudos, que foram feitos, apresentados, e alguns planos de manejo puderam então voltar a funcionar. Quando chegamos ao IBAMA, 7 anos atrás, existiam cerca de 321 planos de manejo em área de Mata Atlântica, e atualmente, já há mais de um ano, não existe nenhum plano de manejo em funcionamento. Quero deixar isso bem claro, que há 7 anos existiam 321 planos de manejos que não eram bem controlados, não eram convenientemente



acompanhados pelo IBAMA e que, ao longo dos anos, foram sendo suspensos, foram sendo cancelados, até o momento em que chegou a Resolução nº 240, suspendendo todos eles. A partir desse momento, foram concedidos, numa triagem absolutamente correta e técnica, foram concedidos cerca de 30 ou 36 planos de manejos, que posteriormente foram suspensos, até por determinação do nosso Ministro José Sarney. Então, há mais de um ano que não existe nenhum plano de manejo. O que nos causa surpresa é que as ONGs, que sabem, evidentemente sabem perfeitamente disso, continuam a acusar o IBAMA de manter plano de manejo em área de Mata Atlântica. Isso é ridículo, é uma atitude que eu considero antiética, porque não é possível que as ONGs, principalmente o Gambá, o IESB e o CEPEDES, que sabem perfeitamente que não existe plano de manejo, continuam acusando o IBAMA de permitir o funcionamento de plano de manejo. Bem, quanto às acusações de corrupção, muitas ou a maior parte das notícias que são levadas aos jornais também são plantadas, são informações fornecidas pelas ONGs interessadas, no nosso entendimento, em mostrar serviço e aparecer. Há algum tempo atrás, como as ONGs sempre nos solicitavam informações e diziam que em contrapartida também forneceriam qualquer informação que desejássemos, nós, até a título de testar a veracidade dessa afirmativa, solicitamos a uma ONG denominada Gambá que nos informasse quais eram as instituições estrangeiras que financiavam os seus trabalhos e a quem eles prestavam os relatórios dos trabalhos feitos aqui. Não só não nos responderam como também, a partir dessa data, passaram a desencadear uma campanha difamatória contra a Gerência do IBAMA na Bahia. Bem, quanto a denúncias de corrupção que estariam ocorrendo em Ilhéus, Eunápolis e Teixeira de Freitas, o IBAMA, até por determinação do Ministro à época e do Ministro que o substituiu, o IBAMA instituiu uma Comissão de Inquérito, colocando o Presidente, o Procurador, que é reconhecidamente o mais duro em Comissões de Inquérito: Dr. Eliélson. E Dr. Eliélson, depois de três meses de Comissão de Inquérito, elaborou seu relatório, entregou o relatório à Presidência do IBAMA, e até o momento nós desconhecemos o resultado dessa apuração. Oficiosamente, nós sabemos, porque o próprio Presidente do IBAMA, à época, Dr. Rômulo Melo, declarou-me que não conseguiram provar nada contra nenhum funcionário de Teixeira de Freitas, de Ilhéus ou de Eunápolis, e que isso estava



deixando-o muito preocupado porque poderiam afirmar que aquele inquérito havia terminado de uma forma que não era desejável pelas ONGs e pelo IBAMA. Então, infelizmente, a Comissão de Inquérito foi constituída para ter um resultado. E, como esse resultado não foi obtido até hoje, não houve a divulgação dos resultados. Se existe corrupção ou não existe, isso fica no âmbito da Comissão de Inquérito que teve inteira liberdade para apurar. Bem, quanto ao aspecto de tráfico em área de Mata Atlântica, do Raso da Catarina, e alguma coisa sobre pesca, nos últimos anos, o IBAMA tem direcionado recursos para uma operação que é específica para a área de Mata Atlântica, chamada Operação Descobrimento. Essa operação, ela consegue resultados considerados muito bons, embora a metodologia de trabalho tenha problemas na sua execução. A situação ideal para fazer trabalho, principalmente identificar áreas de desmatamento, seria um levantamento prévio, um levantamento aéreo, lotando as áreas ainda, muitas vezes, em início de desmatamento, para que a fiscalização nossa, em seguida, fosse fazer o trabalho. Embora tivéssemos encaminhado desde 1996 uma proposta ao IBAMA para que toda a fiscalização fosse precedida por um levantamento aéreo, que facilitaria, racionalizaria os trabalhos e seria muito mais econômico trabalhar assim, o custo/benefício seria vantajoso, nós nunca conseguimos que isso fosse feito. Há cerca de um ano e meio atrás, isso começou a ser feito, não por conta dos trabalhos destinados à fiscalização. Mas quando houve um grande incêndio no Parque do Descobrimento, em que foram destruídos 1.920 hectares de mata, embora uma ONG denominada Gambá tenha escrito em seu relatório que foram mais de 4 mil hectares, denegrindo a imagem do Governo, denegrindo a imagem do IBAMA na Bahia, infelizmente eles nunca estiveram presentes no combate ao incêndio. Estavam lá cerca de 400 pessoas combatendo o incêndio no Parque do Descobrimento, há um ano e tanto atrás, e, infelizmente, dentre esses 400 não havia nenhum representante das ONGs, mas que são pródigas em fazer acusações. Eu quero também aqui fazer um outro registro: uma outra ONG que também tem muito interesse em denunciar o IBAMA em Eunápolis, que se chama CEPEDDES, cujo Presidente é o Dr. José Augusto Tosado — sempre denunciando o IBAMA, que tem corrupção, que o IBAMA não coíbe os desmatamentos —, recentemente nós recebemos da Polícia Federal um registro de que, tendo a Polícia detido alguns invasores de uma área de Mata



Atlântica, quando do interrogatório, um dos invasores declarou que quem incentiva as invasões na região de Eunápolis e quem participa dos desmatamentos é o Dr. José Augusto Tosado, exatamente o Presidente de uma ONG chamada CEPEDES, que denuncia o IBAMA. Então, nós estamos cercados de indivíduos que têm esse tipo de comportamento. Ao mesmo tempo que acusam o IBAMA de não combater desmatamentos e invasões, eles mesmos fomentam as invasões e participam dos desmatamentos. Bem, então, a Operação Descobrimento, ela tem tido sucesso, um sucesso possível na região de Mata Atlântica. E eu tenho certeza que, se a Operação... Ela agora não está em funcionamento porque não nos foram passados recursos nesse último ano de 2002, recursos específicos para a Operação Descobrimento. Eu tenho certeza de que, se a Operação Descobrimento fosse sempre mantida, nós conseguiríamos impedir a maior parte dos desmatamentos que ocorrem na região e o próprio tráfico. Bem, quanto à existência de uma quadrilha em Cipó, eu declaro que eu não tenho conhecimento do trabalho que foi feito. Não sei dizer. Eu sei que o IBAMA trabalhou, eu sei que inclusive o Dr. Ribamar, que se encontra aqui também, investigou e participou, mas especificamente eu não sei como é que isso ocorreu. Bom, quanto à venda de ATPFs do Estado da Bahia... quando eu cheguei no IBAMA há sete anos atrás, eu tomei conhecimento que ocorria venda de ATPF, mas que o assunto estava sendo investigado pela Polícia Federal. Nesses sete anos eu nunca recebi qualquer relatório nem qualquer indagação da Polícia Federal sobre o assunto. Eu desconheço, eu desconheço essa história de que funcionário do IBAMA vende ATPF. Isso aí é denúncia feita sem prova. Uma vez eu perguntei a um dos denunciantes, Dr. Renato Cunha, ele havia feito denúncia contra um agrônomo do IBAMA, que esse agrônomo, Dr. Hévio, que ele era dono de uma propriedade rural e que essa propriedade rural poluía, e que ele também estava construindo uma casa em um local inadequado ecologicamente. E eu vi a denúncia com preocupação, mas o nosso engenheiro disse que aquelas acusações eram inteiramente falsas. E essas acusações, como sempre as ONGs fazem... porque quando a ONG resolve perseguir alguém, resolve fazer uma denúncia, ela não manda a denúncia para a autoridade que deve apurar. Eles mandam à Presidência da República, ao Ministro, ao Presidente do IBAMA, mandam à Assembléia Legislativa, ao Ministério Público, à Procuradoria da República, aos



jornais e tudo. Então, a gente percebe o seguinte: na experiência que eu tenho, quando a denúncia é uma denúncia segura, basta mandar para uma autoridade, basta uma. Manda ao Ministro, manda ao Presidente, escolhe uma e manda porque, com certeza, será apurada. Quando as denúncias são mandadas para os jornais e para todo o mundo, o interesse das ONGs é saírem e virem à evidência, aparecerem e, com certeza, criar problemas para aquela pessoa que eles estão denunciando, porque vai ter que responder a inúmeras fontes. Então, no caso dessas denúncias, elas foram apresentadas, e o nosso engenheiro disse que essas acusações eram falsas. Eu procurei, então, o tal do Renato Cunha e perguntei a ele: "Olha, está na hora de você apresentar a escritura da propriedade e o alvará dado ao nosso técnico para construção da casa". E, para surpresa minha, ele disse: "Não, eu não tenho nada disso, não". Quer dizer, uma irresponsabilidade a toda prova. Assim são pautadas, provavelmente, a maioria das acusações que são levadas aos jornais e levadas às autoridades. Então, essa história de que existe corrupção, ela precisa ser dada a prova, a tal ponto que a Corregedoria do IBAMA já veio aqui, já fez investigações inclusive de denúncias feitas por essa ONG contra nós, e a conclusão a que chegou é que as denúncias eram improcedentes e recomendou à nossa Procuradoria que processasse a ONG porque estava denegrindo a honra das pessoas, e denegrindo o IBAMA e o Governo Federal. Bom, se o modelo empreendido no IBAMA, a nosso critério é o melhor modelo. O IBAMA, recentemente, ele concluiu uma etapa que ele chamou de reorganização, e no início, há sete anos atrás, chamava de reforma. Quando eu cheguei há sete anos, o IBAMA estava passando por uma reforma que só há um ano atrás ela foi definida. Infelizmente, um aspecto que eu considero o mais relevante deles é a estrutura para trabalhos, a estrutura que existe em cada gerência, para fazer, para atender a demanda de trabalho que existe. Pois bem, a Bahia, como todos sabem, ela ocupa 36% da área do Nordeste, mas o IBAMA da Bahia só tem 15% dos servidores da Região Nordeste, isto é, nós somos 36% e só somos 15%. E temos a maior biodiversidade do Estado, e temos os maiores problemas que existem na Região Nordeste. Por outro lado, também em recursos, embora tenhamos um território de 36%, recebemos menos de 15% dos recursos que são atribuídos ao Nordeste. A estrutura que deveria ser ferida era exatamente essa: o que é necessário para que



seja atendida a demanda? No meu pensamento deveria ser, primeiro, levantada a demanda ambiental que existe, que trabalhos deverão ser feitos e, depois, que estrutura existe. Então, vamos dispor da estrutura de tal maneira que os trabalhos possam ser feitos. Então, falhou a reorganização do IBAMA nesse aspecto. Quanto à pergunta "Que atitude tomamos quanto às denúncias contra Eunápolis", como já dissemos, foi constituída uma Comissão de Inquérito que trabalhou por três meses, produziu relatório e encaminhou à Presidência. De nossa parte, demos todas as facilidades, tivemos evidentemente as preocupações, fomos feridos, porque as ONGs conseguiram plantar, por duas vezes, manchetes nos jornais da Bahia dizendo que tinham sido demitidos ou que iriam ser demitidos 18 funcionários. Quer dizer, isso é um absurdo! Essa é uma atitude desprezível de uma ONG que se presta a um papel desse, para utilizar a mídia de maneira equivocada, dando notícia de que o IBAMA iria demitir 18 funcionários. E até hoje, como não aconteceu nada, como ninguém foi demitido, como não poderia ser porque a Comissão de Inquérito não conseguiu sequer acusar nenhum servidor para que ele fosse punido, ainda não houve por parte dessas ONGs uma atitude ética de pedir desculpas ao IBAMA ou encaminhar aos jornais também um pedido de desculpas por ter fornecido a eles informações que não são verdadeiras. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, Sr. Presidente, eu gostaria, antes de encerrar a minha participação nesse episódio, primeiro deixar por último uma pergunta que acho importante, sobre o relacionamento do IBAMA, que, na realidade, é o órgão federal do meio ambiente aqui na Bahia com um órgão estadual. Gostaria que o senhor nos desse uma pequena exposição sobre esse assunto. E também, desde já, Sr. Presidente, gostaria que a Comissão requeresse o relatório da Comissão de Inquérito ao qual se referiu o Dr. José Guilherme da Motta, o relatório do Dr. Eliélson, para que a gente possa usá-lo. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. José Guilherme, louvo a sua atitude, na condição de servidor público, de defender o órgão que representa. Sem dúvida alguma, faz parte da sua função e da sua condição de servidor público. Temos percorrido este Brasil de Norte a Sul, e por onde temos andado temos ouvido reclamos, queixas do IBAMA, da atuação do IBAMA, da sua omissão, e não do



órgão em si, mas de determinados servidores, porque em todas as instituições existem os bons e os maus que participam e que são coniventes muitas vezes em atos delituosos que ensejaram até a criação desta Comissão. Ao louvar a sua atitude, quero lhe fazer algumas indagações. Gostaria que fosse tipo pingue-pongue, pergunta e resposta, porque em função da sua resposta poderão advir novas perguntas. O senhor admite o tráfico ilegal de animais silvestres e também de pau-brasil e outras madeiras no Estado da Bahia?

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - O tráfico, sim, porque há uma face dele que é perfeitamente visível nas estradas, mas isso é apenas a ponta da história. O tráfico do pau-brasil... eu tenho um registro recente da apreensão de uma... parece que 40 toneladas de madeira; eu não sei se elas são originárias da Bahia ou não porque eu não li o relatório. E tenho também notícias desses outros aspectos, que eu até sugeri que esse artesão de Eunápolis fosse ouvido, porque só trabalha com pau-brasil. O tráfico de pau-brasil deve existir, eu não tenho conhecimento pormenorizado. O que sei são notícias esparsas, às vezes de jornais. Agora, o tráfico, nós temos conhecimento dessa face, já existem vários estudos, levantamentos de como se faz o transporte de uma área pública para outra, os principais locais de origem. Existem muitos documentos que passam pelas minhas mãos, que são feitos por setores competentes do próprio IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - O senhor já está há sete anos nesta função?

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Sete anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Então, o senhor é da época em que a Superintendência de Salvador era de todo o Estado.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Conseqüentemente, cabia-lhe o dever de adotar providências para evitar o tráfico, seja de animais silvestres, seja de pau-brasil, seja de outras espécies.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - E o senhor adotou essas providências?



**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Sim, senhor. Uma das áreas da nossa Superintendência, hoje Gerência, é a Divisão de Fiscalização. E, para o senhor ter idéia, cerca de 80% dos recursos para trabalhos de campo etc. são destinados a essa área. O trabalho é da melhor forma que pode, embora com as limitações que descrevi ao senhor, de falta de pessoal, de equipamentos, mas é a nossa principal área de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. José Guilherme, o Diretor de Fiscalização do IBAMA, Dr. Luciano Menezes, em depoimento prestado a esta Comissão, em Brasília, se demonstrou pesaroso pela existência de corrupção dentro do setor de fiscalização e atribuiu à impunidade a causa maior dessa corrupção, inclusive citando que inúmeros inquéritos administrativos feitos dentro do órgão tiveram o mesmo destino: a vala comum da impunidade. E que isso estimulava a que esses fiscais fossem coniventes, participassem dessa atividade delituosa. O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Bom, eu acho muito interessante que um Diretor do IBAMA tenha conhecimento de corrupção, assegure que exista corrupção e nunca tenha procurado levantar todos os elementos e oferecer à Comissão aqueles elementos, para que os seus fiscais, os seus funcionários fossem punidos. E digo mais: ele não pode sequer alegar falta de recursos, porque a fiscalização dispõe de uma estrutura de apoio chamada PINUD, que os próprios funcionários do IBAMA comentam que aonde o Dr. Luciano vai, ele vai com uma mala de dinheiro atrás. Então, ele chega em qualquer lugar, ele pega helicóptero, ele aluga o que quiser, tem todo o recurso. Então, se ele tem todo o recurso e não conseguiu levantar os elementos que diz que existem, ele está falhando, ou então é falsa essa afirmativa dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Veja bem. Ele não apenas afirmou isso aí, como disse que já estava cansado de pedir providências, porque isso tudo vai para as comissões de inquérito e essas comissões de inquérito são constituídas por servidores efetivos do IBAMA. Aí vem o corporativismo, segundo ele, que defende os companheiros. Com isso, ele até sugeriu que esta Comissão apresentasse uma sugestão, no sentido de que as comissões de inquérito



fossem constituídas por servidores de outros órgãos para que tivessem isenção na apuração e no julgamento das denúncias.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Falhou novamente o nosso diretor. Em primeiro lugar, os Procuradores do IBAMA não são funcionários do IBAMA. É um equívoco isso. Eles são funcionários da Advocacia-Geral da União, prestando serviços no órgão. Então, não são funcionários do IBAMA, não existe corporativismo. Quem conhece o IBAMA, quem conhece a Procuradoria do IBAMA, sabe perfeitamente que os Procuradores são isentos, até porque, repito, não são mais funcionários do IBAMA. Também se equivocou o nosso diretor, porque a legislação não obriga que os membros da comissão sejam de funcionários do órgão. Eles poderão ser funcionários de outra autarquia, perfeitamente. Então, se isso não for feito, se esse diretor sabe, se ele é o diretor, se está ligado ao Presidente, ao Ministro, se ele tem os elementos, ele é culpado de não ter trazido tudo e exigido. Eu acho um absurdo estarem acusando os funcionários, dizendo que têm as provas e não trazerem as provas. É um absurdo! Eu já estou cansado de ver... Outro dia estava em Monte Pascoal, aquele Dr. Tosato estava lá dizendo ao Ministro...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - José Carlos.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - ...José Carlos: "Ministro, os planos de manejo estão sendo explorados". Eu cheguei e disse: "Que é isso, Dr. Tosato? É falsa essa afirmativa sua". "Ah, sim, sim". Quer dizer, é um absurdo. E esse mesmo Tosato, há dois ou três anos atrás, que era tão crítico, eu o convidei para ser chefe do escritório de Eunápolis. Então, convidei o Presidente de uma ONG para ser chefe do nosso escritório de Eunápolis, e ele não teve coragem, teve medo. Disse-me: "Não, eu não posso ir lá, não, porque eu critico muito o pessoal e tenho medo". Quer dizer, tenha paciência! Esse é o pessoal que lida conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. José Guilherme, o senhor acusa, frontalmente, o diretor de omissão, porque não teria adotado providências. Mas, voltando à escala hierarquicamente inferior, V.Sa. era o Superintendente do IBAMA.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Ao tomar conhecimento desses fatos, deveria, obrigatoriamente, adotar também essas providências, porque



existe uma escala hierárquica. Se não o fez, houve omissão da parte do IBAMA. Aliás, queria lhe fazer uma indagação: o senhor não acha que a atuação do IBAMA está completamente errada em todo o Brasil? O IBAMA toma apenas uma atitude repressiva e não preventiva, educacional, promovendo cursos de educação ambiental, ensinando a utilizar a floresta, a utilizar o meio ambiente. Na realidade, o que nós vemos — eu sou da Amazônia, onde também temos muitos problemas com o meio ambiente — é a presença do IBAMA na sua atividade coercitiva. O IBAMA só chega aos locais para autuar, cobrar, prender, com aparatos bélicos, que não se justificam, muitas vezes adentrando em propriedades, como se os proprietários fossem bandidos, e não o são. Então, creio que há necessidade de uma total reformulação do IBAMA, inclusive esta proposta que está aí posta, muito bem-feita pelo então Ministro do Meio Ambiente, com a Presidência do IBAMA, ela não surtiu qualquer efeito essa reformulação do IBAMA. Por quê? Porque não lhe foram dados os meios, quer de recursos humanos, quer de recursos financeiros para executar. Hoje, cada gerência deveria ser autônoma, ter um quadro de servidores que resolvesse a questão na gerência. O que ocorre? O senhor não tem nessas gerências engenheiros florestais, o senhor não tem procuradores, advogados, e com isso a reformulação tão bem-intencionada e proposta pelo Ministro Zequinha Sarney à época ficou no vazio, não surtiu qualquer efeito. E os problemas ambientais continuam. E de outra forma eu também vejo uma certa animosidade. V.Sa. representa o IBAMA e como tal tem que ter um relacionamento com toda a sociedade, inclusive com as organizações não-governamentais. Pela postura de V.Sa... Não digo que sou defensor intransigente de ONG, mas elas nos prestam relevantes serviços também. Existem as ONGs verdadeiras e aquelas que, lamentavelmente, se utilizam dessa fórmula jurídica para tirar proveitos próprios, como existe em toda parte, em qualquer instituição. Mas creio que deveria haver, não sei, um relacionamento mais cordial entre as ONGs e o órgão público responsável pelo meio ambiente, até porque de certa forma elas contribuem bastante trazendo as denúncias, verdadeiras ou não, para que elas sejam apuradas e com isso processemos a defesa do nosso meio ambiente. Então, dentro desse relacionamento que se tornou, não é mais cordial, até ousaria dizer que o IBAMA e as ONGs aqui em Salvador se detestam cordialmente, eu queria perguntar qual a



atitude que o senhor tomou contra as acusações caluniosas, que o senhor diz caluniosas, das ONGs em nível judicial.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Pois não. Vou voltar um pouco atrás. Primeiro, o relacionamento do IBAMA da Bahia, da gerência com as OEMAS, com os órgãos ambientais do Estado, é excelente, tanto com o CRA como com o DDF. Há um trabalho integrado nosso de apoio, enfim, é o melhor possível. E devo lhe dizer que quando cheguei aqui, há sete anos atrás, cada um estava em uma trincheira e que foi um trabalho de convencimento. Celebramos um pacto federativo e depois esse pacto venceu e não foi necessário porque o relacionamento nosso... Agora, eu quero lhe dizer uma coisa: na Bahia existem cerca de setenta ONGs. Eu só citei aqui duas. Mas quero dizer ao senhor o seguinte: não somos inimigos, de forma alguma. O GAMBÁ está aí, o Dr. Renato Cunha, nós às vezes caminhamos juntos na praia. Mas ele tem todo o direito de fazer crítica para nós, e eu tenho todo o direito de fazer crítica para ele, um olhando no olho do outro. Não somos inimigos. Em absoluto, em absoluto. Acho até...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Por isso eu falei que se detestam cordialmente.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Perfeitamente, sem problema nenhum. Dr. Evaldo também. Recentemente, eu fui fazer uma visita a um trabalho que ele desenvolve em Elísio Medrado. Quer dizer, não existe isso. A Bahia tem uma outra forma até de convivência das coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu vou encerrar, mas só uma pergunta que diz respeito ao meu Estado. O senhor sabe que as ATPFs foram extintas, não é?

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Extintas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Estão em processo de extinção...

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - Mas continuam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - ...para serem substituídas por um selo, em função exatamente de elas estarem sendo, inclusive — vou usar o termo na moda —, clonadas. Lá no meu Estado, o Pará, houve um derrame de aproximadamente 10 mil ATPFs falsas, e a Polícia Federal já apurou que a maior



parte dessas ATPFs foram da Bahia para o Pará. E a coisa está realmente numa situação tal que estão vendendo ATPFs, caminhoneiros vendem ATPFs. Então, há realmente a necessidade de se mudar isso aí e se chegar à época da Internet mesmo, porque não dá mais. Esses papéis são facilmente adulterados, clonados, falsificados, e com isso o prejudicado é o País, é o nosso meio ambiente, é o ecossistema como um todo.

**O SR. JOSÉ GUILHERME DA MOTTA** - O senhor me permita só um comentário final. O senhor perguntou o que é que eu achava até do... se a forma do IBAMA trabalhar seria correta. Olha, não é, não. Mas repare: o IBAMA concentra 80% do seu recurso praticamente na área de fiscalização. Então, o IBAMA tem uma grande estrela de xerife no peito. Então, ele vai chegando e fiscalizando. E é claro que isso é um grande equívoco, o concurso que o IBAMA fez recentemente, e que nós aqui na Bahia deveremos receber 31 funcionários, ainda é muito pouco, muito pouco. Nós temos 218 e vamos então para 250, deveríamos ter, para que a nossa força de trabalho fosse igual à dos outros Estados do Nordeste, deveríamos ter, no mínimo, 550 funcionários, para ter a força de trabalho que têm Sergipe, Pernambuco, Ceará etc. Então, nós estamos em desvantagem. Então, o IBAMA concentra o seu recurso na área de fiscalização. Eu vi, com muita alegria, a ascensão para a Presidência do IBAMA de um pesquisador, um médico ligado à medicina tropical, com trabalho em leishmaniose. Então, esse é o caminho. Nós temos que ter gente que também entenda que a pesquisa é necessária. Existem problemas seriíssimos, como o da contaminação de lençol freático, que nós pouco ou nada fazemos. Existe um mundo de questões em que o IBAMA poderia atuar e não atua. Então, lamentavelmente, o IBAMA desprende o recurso, mas esse recurso é ainda diminuto, diminuto. Precisaria, esses mesmos 80% que são jogados na área de fiscalização, precisaria do equivalente para as outras áreas. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu queria lhe agradecer a sua presença, as informações que prestou a esta Comissão. De imediato, convido o Sr. Pedro Cerqueira Lima, Presidente da BioBrasil. (*Pausa.*) Sr. Pedro, gostaríamos que o senhor, que já assinou o termo de compromisso, fizesse este pequeno juramento.



**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - *"Eu, Pedro Cerqueira Lima, médico veterinário, faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado."*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Passo, portanto, a palavra ao Sr. Relator. Por medida de economia processual, Sr. Pedro, já que temos mais de doze pessoas a serem ouvidas, e o tempo é exíguo, nós vamos diretamente às indagações, às perguntas, e daí às conclusões. Passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Pedro Cerqueira Lima, primeiramente, nós gostaríamos de saber, e essa pergunta vai ser respondida primeiro, o que é a Fundação BioBrasil?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - A Fundação BioBrasil é uma ONG legalizada pelo Ministério Público e que o estatuto, inclusive, está aqui, que visa à conservação na Bahia e no Brasil.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor poderia nos dizer qual a função do norte-americano Charles Moon na BioBrasil?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Charles Moon é doador internacional. Tenho aqui vários relatos sobre Charles Moon. Se alguém quiser saber sobre Charles Moon, aqui na *National Geographic* há uma matéria. É o maior pesquisador que existe em Arara, no planeta, dos maiores conservacionistas, tem muito dinheiro, é uma pessoa que vem lutando não só no Brasil como em toda a América do Sul e na África. Mais complemento sobre Charles Moon eu mostro aqui em uma matéria da *Time*, capa da *Time*, como um dos cinquenta homens mais importantes do planeta. Está aqui Charles Moon junto com outras pessoas, outras celebridades.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quais as incumbências da BioBrasil?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - A grande questão da BioBrasil, tenho até matéria da *Veja*, recente, existem várias ONGs no planeta importantes. Uma delas vou citar aqui, o *Greenpeace*, que possui mais de 150 milhões de dólares, três navios, 2 milhões e 800 mil sócios e que vem trabalhando no planeta com a visão geral de conservação. A nossa fundação é pequena, tem alguns projetos pilotos, não recebe dinheiro do Estado e estamos tentando fazer conservação principalmente no Piauí, onde existe uma grande devastação da soja. Gostaria de deixar bem claro isso aqui, como uma denúncia, que a soja está acabando com o



oeste, acabou com o oeste da Bahia, foi tudo devastado, está invadindo o Piauí. Então, a nossa terra, são 5 mil hectares, é uma barreira geográfica contra a soja.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem. A BioBrasil faz negócios com biogenética, bioprospecção, vende, compra, disponibiliza plantas, animais, alguma coisa desse gênero?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Sou Presidente da BioBrasil, ela simplesmente — o estatuto vou deixar aqui — tem a intenção de conservação. Nós somos totalmente contra o assunto que está sendo rolado na Comissão sobre tráfico de animais. Somos estritamente contra o tráfico de animais. Eu, como Presidente, e nossos membros já delatamos, já passamos informações várias sobre tráfico de animais e não admitimos, sob hipótese alguma, qualquer tipo de irregularidade que vá danificar o meio ambiente.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Segundo os dados que me chegaram, o senhor teria afirmado que ninguém no Brasil, segundo os dados que me chegaram, palavras suas, ninguém no Brasil conhece mais de tráfico de animais do que a BioBrasil, pois na hora que quiser tem informações dos maiores traficantes do Brasil. O senhor confirma, por favor, essa...

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Não, eu não falei essa afirmação. Eu posso dizer o seguinte: eu sou pesquisador, um cientista, trouxe todo o meu material publicado, inclusive sobre tráfico de animais, em nível nacional e internacional, revistas inglesas, está tudo aqui, vou deixar anexado ao processo. Outra coisa, nós temos aqui uma exposição fotográfica que fizemos com realização do Ministério Público, CRA, IBAMA, Polícia Federal, INTERPOL, isso foi utilizado na inauguração do aniversário do IBAMA em Brasília. Somos um parceiro que temos passado todas as informações que adquirimos em pesquisas científicas para o Ribamar, que está aqui presente, do IBAMA, e passamos também informação para o Dr. José Guilherme sobre tráfico de animais. Então, eu sou um cientista, um pesquisador que adquiri muitos conhecimentos sobre tráfico de animais estudando o assunto e todas as minhas informações eu passei para os órgãos competentes.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem. O senhor já falou que a BioBrasil tem terras no cerrado piauiense e, segundo também me foi passado, ela tem terra em Curaçá, Bahia, São Gonçalo, Piauí, Alto Parnaíba, Maranhão, Balsas,



Maranhão, e Jeremoabo, Bahia. O senhor confirma que a BioBrasil tem essas terras?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Nego por completo. Em primeiro lugar, a BioBrasil — tenho aqui as escrituras de compra de terra —, nós temos duas propriedades no Piauí, duas propriedades, que, somando, isso dá 5 mil hectares — eu vou deixar esses documentos aqui. Em Ituberá, nós fazemos pesquisa numa companhia francesa chamada Michelin para defender 7 mil hectares de mata que estão sendo destruídos. Eu faço pesquisa como voluntário, sem ganhar nada. Em Jeremoabo — está aqui o Sr. Otávio Nolasco de Farias —, nós temos o contrato para proteger a arara-azul de Lear, que nós arrendamos todas as terras de Otávio Nolasco de Farias, colocamos seis guardas e um gerente para proteger a arara, que, infelizmente, o Governo, a Nação — fala-se muito sobre preservação —, mas é preciso ser mais enérgica em relação à preservação de espécies, não só ameaçadas, mas as espécies comuns, que para mim tanto vale *sporophila nigricollis*, que é uma espécie comum, como *anodorhynchus leari* ou a *cyanopsitta spixii*.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quando a BioBrasil tentou comprar terras em Curaçá, o Sr. Carlinhos das Araras estava junto de Charles Moon. O senhor pode explicar... Primeiro, o senhor conhece o Carlinhos das Araras?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Ele é um traficante de araras?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Eu nunca vi Carlinhos traficar. Tudo em relação a tráfico que eu vi, principalmente estudos em feiras livres, foi denunciado, foram presos. Então, Carlinhos é um mito como traficante, mas eu, Pedro Lima, nunca vi nem Carlinhos nem ninguém traficando.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E houve essa intenção de comprar terras em Curaçá?

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Houve. Eu desconheço esse fato de Charles Moon e Carlinhos na região, mas a nossa intenção de comprar as terras em Curaçá era para tentar resgatar o Projeto Spix, que foi um dos projetos mais fracassados do País e que colocou a imagem do Brasil negativa — existe livro sendo escrito na Inglaterra falando do fracasso dos pesquisadores e do Governo brasileiro em relação ao Projeto Spix. A nossa intenção era tentar comprar as terras para dar



uma chance a *cyanopsitta spixii*, e que, infelizmente, hoje não pode ser feito mais nada.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, eu quero deixar claro que não existe por parte da Relatoria nem da CPI nenhuma predisposição para condenar ninguém. Ao contrário. Eu sempre fui um incentivador da participação da sociedade civil organizada através de ONGs na construção do desenvolvimento sustentável. Essas denúncias chegaram à CPI e foram repassadas pela nossa assessoria. E pelo que eu pude já ver, Sr. Presidente, as respostas aqui já foram respostas que nos apontam que, a princípio, não há esclarecimentos maiores a fazer. Portanto, da parte da Relatoria, nós estamos satisfeitos com esses esclarecimentos. Esperamos as documentações, inclusive o regimento que constitui a ONG. Evidentemente, se fatos novos surgirem ao longo dessa nossa viagem, nós voltaremos a questionar. E uma pergunta que sempre tenho feito para todos seria, no caso, de que o senhor nos desse uma sugestão a respeito do enfrentamento do tráfico de animais silvestres e também do tráfico de madeira e da bioprospecção.

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer. É uma honra estar aqui presente. Eu trouxe algumas coisas aqui como um certificado como veterinário destaque, dado pela Escola de Medicina Veterinária — tudo isso vou deixar aqui. Eu gostaria de mostrar aqui ao público um diploma do qual muito me orgulho. Eu fui considerado *Gente que Faz* pelo BAMERINDUS, pelo meu estilo de vida, pelo idealismo, pela luta pelo meio ambiente. Isso aqui está tudo em vídeo — eu sei que não tem tempo —, mas vou deixar tudo aqui. Estou disposto a contribuir, tenho contribuído muito com o IBAMA, porque é muito fácil criticar, mas eu acho que tem que dar solução. Eu acho que o tráfico de animais — eu tenho falado em todos os lugares onde eu vou —, o tráfico de animais dizem que é uma questão nacional, Sr. Ministro. O tráfico de animais não é uma questão nacional, é uma questão municipal, é uma questão municipal. O tráfico de animais tem que ser tratado pelos Municípios, porque... Eu tenho feito várias campanhas em Feira de Santana com o apoio do IBAMA e já cheguei na televisão três vezes falando, em três campanhas que eu fiz: "Só existe tráfico porque o Prefeito quer; a feira é regida pelo Prefeito e ele deixa." "Só existe tráfico porque o Prefeito quer", na segunda entrevista. "Só existe tráfico porque o Prefeito quer", na terceira. Sr. Ministro, esse



Prefeito decretou uma lei, proibindo a venda de passarinho na feira livre. Eu acho que nós temos que tratar o tráfico de animais como uma questão municipal e esquecer que o Brasil é muito grande. Essa é a sugestão que eu dou. Eu acho que nós temos que unir todas as forças para combater essa doença grave que é o tráfico de animais. E agradeço muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Pedro, eu estou plenamente de acordo com o seu pensamento, até porque a legislação ambiental ela é concorrente. A legislação ambiental é federal, é estadual e pode ser municipal. E dentro da Federação, o problema está realmente no Município. Eu já fui Prefeito, tenho perfeita noção de que lamentavelmente os Municípios vivem à míngua, não é, sendo humilhados até pela União. Mas, na realidade, a solução está aí. E como eu fui encarregado por esta Comissão de cuidar da parte de legislação, exatamente, nós estamos definindo a competência, seja administrativa, seja judicial, não é, regulamentando o artigo da Constituição, que jogou para a lei e que até agora não foi feita e fica esta pendenga judicial, uns levantando a exceção de incompetência da Justiça Comum ou da Justiça Federal. Então, nós vamos agora apresentar, dentro do que ouvimos nessas viagens, a proposta para a lei complementar que disciplinará a matéria com o apoio do nosso companheiro Ricarte, que acaba de chegar e é também um intransigente defensor do meio ambiente. Quero agradecer a sua colaboração. Esta Comissão se sente grata e honrada pela sua presença e certamente os seus esclarecimentos farão parte do nosso relatório final.

**O SR. PEDRO CERQUEIRA LIMA** - Então, eu agradeço e todo material está aqui, que seja útil, está certo? Tudo está escrito aqui. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Relator, vamos prosseguir, convidando para tomar assento à mesa o Sr. Otávio Nolasco de Farias, que é proprietário da Fazenda Serra Branca. *(Pausa.)* Sr. Otávio, eu acho que se torna desnecessário fazer novo esclarecimento de que vamos partir logo para as perguntas, por medida de economia processual. Daqui para a frente será assim. E eu gostaria de pedir a V.Sa., que já assinou o termo de compromisso, que prestasse este pequeno juramento.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e que me for perguntado."*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Relator, passo a V.Exa. a palavra.

**O SR. SARNEY FILHO** - Sr. Otávio Nolasco de Farias, gostaria que o senhor fizesse uma breve explanação sobre as suas incumbências para proteger as araras-azuis de Lear que ocorre dentro de suas terras, falar dos últimos anos.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FREITAS** - Eu não poderia falar dos últimos anos sem começar...

**O SR. SARNEY FILHO** - Exatamente.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FREITAS** - Eu tenho um compromisso muito grande com o meio ambiente. A primeira, o primeiro presente recebido na minha adolescência, aos 13 anos, foi uma espingarda belga, calibre 36, dada por meu avô. E certo dia, como era comum na região de Jeremoabo, eu saindo daqui de Salvador de férias, eu ia atirar numa juriti, se eu não me engano, uma asa-branca, e um macaquinho espantou essa juriti e eu atirei nesse macaco. Quem já viu um macaco morrer de tiro sabe perfeitamente que ele pega as folhas, põe no lugar do ferimento, cruza os braços e morre. A partir desse instante, eu me emocionei de tal maneira que entreguei a espingarda ao meu avô e me comprometi que, algum tempo, quando eu possuísse algum dinheiro, eu compraria uma vasta extensão de terra para preservar toda a biodiversidade. E por felicidade comprei várias terras, juntamente com minha família, e tive a felicidade, na época, sem saber, de adquirir as Fazendas Raposa e Yuié que estão à frente da Fazenda Serra Branca. Sem adquirir essas duas fazendas, não poderia chegar à Serra Branca. E aí estão as araras-azuis de Lear. A Fundação Biodiversitas foi uma das primeiras fundações a fazer pesquisas na terra. Infelizmente, depois de alguns anos, eu tive que fechar as portas ao IBAMA e à Fundação Biodiversitas, porque um ex-delegado da cidade de Cocorobó, chamado José Moreira, cujo filho trabalhava na Fundação Biodiversitas, que eu tinha arrumado esse trabalho, me chamou em particular e disse: "Fechem as portas da Serra Branca, porque estão envolvidos em tráfico de animais, de araras, um funcionário do IBAMA chamado Toinho e um funcionário da Fundação Biodiversitas chamado (*ininteligível*)." E assim fiz e passei um fax ao IBAMA, ao Sr. Dr. Rodolfo — é isso mesmo? Dr. Rodolfo? —, relatando o ocorrido e que pedia providência no sentido de que as portas da Serra Branca e de todas as fazendas de



preservação estavam fechadas até que esclarecessem todos os problemas. Nessa minha vida, bati de frente com várias pessoas e criei inimigos dentro do IBAMA, criei inimigos com os caçadores, os traficantes e todos aqueles que passavam e queriam denegrir ou ferir a preservação. E aí, minhas senhoras e meus senhores, há vinte anos atrás aparece o Sr. Charles Moon, o Sr. Pedro Lima e um pintor francês. Foi como conheci o Pedro Lima, através de Onzito Vieira, que pedia permissão para pintar as araras-azuis. Eu lhe neguei entrada, porque eu tinha aquilo como se fosse uma criancinha, e o Pedro Lima me respondeu que, algum dia, se formasse uma fundação, que ele me procuraria novamente para que ajudasse a preservar essas araras. Aparece em Jeremoabo o Sr. Ribamar com o Sr. Caio, funcionários do IBAMA e do PNUD, salvo engano, e eu relatei a situação do Raso da Catarina, onde existia um indivíduo de nome Jean Roubert, nomeado por representação aqui da Bahia, que atendia as pessoas de bermuda e fazia pouco com o meio ambiente. Várias vezes liguei para Paulo Afonso, dizendo a esse rapaz que mandasse uma equipe que eu acompanharia com a Polícia Civil, pois traficantes estavam no fundo da Serra Branca que faz limite com o Raso da Catarina. Nunca fui atendido e, para minha surpresa, posteriormente, o Sr. Jean Roubert tornou-se um falsificador. Falsificou a assinatura de um seu companheiro e produziu relatório para o IBAMA, dizendo eu ter invadido terra do IBAMA. E assinou no nome do Sr. Elto, que aqui está, o Sr. Elto declarando que a assinatura é falsa e que pede até o exame grafotécnico. O Sr. Jean, na sua função, era apenas um protetor de caçadores, haja vista um processo tramitando na Justiça de Jeremoabo, onde o próprio foi brigar com a equipe vinda de Vitória da Conquista, na pessoa do Sr. Otacílio, para que soltasse os transgressores da lei. Não obstante, ainda trouxe no carro do IBAMA um dos foragidos da captura e mais os seus familiares, para que reconhecesse esses agentes. Estou com a declaração aqui da escrivã da Polícia de Jeremoabo e estou com toda outra documentação. Posteriormente, chegou uma senhora de São Paulo, do IBAMA, de nome Suely Monteiro, e corta os arames dos fundos da Fazenda Serra Branca, abrindo caminho e acesso para o tráfico. E aí fiz, então — aqui está o documento onde o Sr. Elto acusa o Sr. Jean de falsificação deste documento. Minhas senhoras e meus senhores, há um comum acordo entre o IBAMA e a Fazenda Serra Branca através da minha pessoa. E esse acordo, esse acordo quase



que saiu arranhado. No dia 19 de junho de 2002, fiz um fax ao Sr. Luciano Menezes Evaristo, Diretor-Substituto de Proteção Ambiental, e disse o seguinte: *"Otávio Manoel Nolasco Farias, membro do Comitê de Preservação e Manejo de Arara Azul de Lear, parceiro juramentado na defesa do Meio Ambiente em Jeremoabo, cujas ações do IBAMA na preservação e repressão ao tráfico de animais silvestres, sempre teve o nosso conhecimento e a nossa parceria, e ajuda logística, principalmente nas pessoas dos Servidores Lopes e Ribamar, ou a quem estes recomendasse; surpreendido fui com a ação irresponsável, orientada, segundo informações, pelo Sra. de nome Suely Monteiro, onde derrubaram cerca e cortaram arame farpado, na propriedade denominada Logrador, anexo da Fazenda Serra Branca, onde se reproduzem as Araras Azuis de Lear. Além do veículo do IBAMA, a Polícia Caatinga dava segurança aos seus integrantes requisitados pelo Ofício do Chefe de Proteção de Unidades de conservação, Edilene Menezes e posteriormente, Ofício agradecendo à cooperação da Polícia, assinado pelo diretor de ecossistemas, Sr. Júlio César."* Essas informações consegui na Polícia Caatinga, cuja sede fica em Juazeiro. *"Perplexo estou com a falta de informações dentro do próprio Órgão. Há mais de vinte anos preservo a biodiversidade nas Fazendas Serra Branca, Raposa, Yuié, Logrador e Arapuá, todas situadas no entorno do Raso da Catarina, e parece-me que não me conhecem ou reconhecem dentro do IBAMA. Sou reconhecido na Alemanha, na Holanda, na França, nos Países sul-americanos e na América do Norte, pelos serviços prestados ao Meio Ambiente. Em meu País, não estou à procura de reconhecimento ou aplausos, mas de uma apuração rápida, com respostas urgentes do Contraditório. Vale dizer que a área continua aberta, fazendo entrada a caçadores e traficantes. Com o episódio, a nossa imagem está arranhada, à nossa parceria põe dúvidas, com a ação infeliz, covarde, traiçoeira e vil, acreditando eu, ser apenas uma ação isolada, sem o conhecimento dos altos escalões do IBAMA, em Brasília. Vale lembrar que essa incursão constitui crime, ferindo a Lei nº 4.898, art. 163 do Código de Processo, entre outros. Vez que o Agente Público danificou a nossa propriedade, resultando em prejuízos materiais, pondo em risco as Araras Azuis de Lear, pelo tráfico e pelos caçadores, já que estão em extinção."* Para minha surpresa, no mês passado, quando estava aqui no IBAMA, em Salvador, conversando com a senhora (pausa), com a Marluce, a Dra.



Marluce, esta própria senhora volta de Brasília, juntamente com a Polícia Caatinga, obriga um dos funcionários da Fundação BioBrasil a abrir a cancela da fazenda, dizendo ser a lei. E os homens com fuzis, metralhadoras... O empregado abriu a fazenda. Eu estava aqui, em Salvador. Ora, minha gente, parecendo — como disse o nosso nobre Presidente — que nós somos bandidos. E para minha surpresa, acabo de tomar conhecimento de que essa Edilene Matos é irmã do atual funcionário do IBAMA, em Paulo Afonso. Não sei se posso provar o que vou dizer, mas ouvi do Deputado Estadual, do Deputado Federal da Bahia Mário Negromonte dizer que essa pessoa tem vários processos na OAB. Então, não sei qual é o critério que se usa para se nomear pessoas que estão no meio ambiente sem a menor afinidade e sem o menor amor. Portanto, minhas senhoras e meus senhores, o contato que tive com o agente Ribamar foi de extrema importância, pois instituiu um posto do IBAMA na região de Água Branca, cujo posto estava à nossa disposição para coibir qualquer ato e tráfico de animais. Em 2000, houve a descida numa das trocas de Serra Branca pelo Sr. Joselito, que ali está, e dois ex-funcionários da fazenda. E com a investigação que nós fizemos, cujo fax passei para Brasília, pedindo apoio para investigação, eu disse que essa coisa só poderia acontecer se houvesse funcionários no time da fazenda envolvidos. E assim foi. Nós temos dois funcionários que estão trabalhando para a BioBrasil, que são ex-trafficantes. No entanto, esse acordo foi feito entre a fiscalização, o Sr. Ribamar, o Sr. Pedro Lima e Otávio Farias. Só que os empregados seriam escolhidos por mim e continua sendo dessa maneira. Existe uma cláusula no contrato, se a coisa não for de acordo com o nosso objetivo e o nosso pensamento, o contrato desfar-se-á na hora. Inclusive pedi ao Sr. Pedro Lima que já demitisse um dos funcionários, porque esse funcionário me era fiel, me passava todas as informações e posteriormente passou a ficar neutro, calado, e isso não é o trabalho que nós nos propomos, nós nos propusemos. Portanto, minhas senhoras e meus senhores, eu quero esclarecer a todos vocês todos esses fatos. Estou aqui à disposição para qualquer pergunta e espero que esta Comissão apure essas invasões de funcionários do IBAMA. Vale lembrar que esse processo está aqui na mão de Marluce, na Bahia, onde Brasília pede saber se essa funcionária é de Salvador. Eles sabem muito bem que Edilene Menezes mandou a funcionária, fez esta, fez esta, este fato desagradabilíssimo e vem parar



na Bahia para saber se é funcionário? Pelo amor de Deus! Isso é uma incoerência, não admito essas coisas, entendeu? É por isso que eu tenho constituído, na minha trajetória, muitos inimigos gratuitos, porque eu prezo por falar a verdade e defender o meio ambiente. Devo dizer a todos vocês que nunca usei dinheiro municipal, estadual ou federal. Somente agora, há um ano atrás, estou com a parceria da BioBrasil. Talvez os senhores possam me perguntar: "Como é que você conseguia preservar?" Eu tinha cinco postos de gasolina funcionando, e esses postos me davam recursos para que eu me resguardasse e procurasse preservar o meio ambiente, que esse comprometimento eu tenho, por essa dívida que eu tenho com o meio ambiente. Estou à disposição para qualquer tipo de pergunta.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eu gostaria de saber se esses ofícios, esses ofícios... Exatamente. Eu gostaria da cópia de todos esses ofícios. E só para confirmar: o nome é Suely Monteiro, da funcionária?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Suely Monteiro e Edilene Matos, é irmã do...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Edilene Matos ou Menezes?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Edilene Menezes. Não, Matos.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Matos.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Edilene Matos é irmã do cara que está em Paulo Afonso, agora.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E essa Edilene Matos é funcionária também...

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Do IBAMA.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Do IBAMA. Daqui?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - De Brasília. Agora vem em vôos de helicóptero, lá em cima, gastando dinheiro, essa Polícia Caatinga certamente está sendo usada com dinheiro público. Então, tem muita coisa aí para esclarecer.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor acredita que a ação da Suely Monteiro...



**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Ah, sim! Isso aqui, esse documento aqui falsificado pelo Sr. Jean, tornou-se estelionatário do IBAMA, na realidade não sei se está demitido...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Está demitido já, segundo informação que eu soube.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Esse senhor me coloca aqui como o cabeça do IBAMA e que faz a cabeça dos homens de Brasília contra os de Paulo Afonso. E disse aqui que eu invadi terra do IBAMA e que pegou um funcionário meu fazendo cercas e que representou o Ministério Público. Só que o Ministério Público nunca me chamou, porque tudo isso aqui é falso, minha gente. Nossa fazenda é limite com o Raso da Catarina, estão todas no entorno do Raso da Catarina.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E Suely Monteiro é a funcionária do IBAMA aqui na Bahia?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, não, em Brasília.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E Edilene Matos é que é daqui?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Também em Brasília.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Todas as duas em Brasília.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Vindo de lá para cá, eu não sei. Eu quero salientar que no ano de 2000...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Dois minutos só, para a gente pontuar um pouquinho aqui, Dr. Otávio. Então, o senhor acredita que esta ação da Suely, quando arreventou a cerca, foi feita uma ação proposital para beneficiar o tráfico de animais silvestres?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não sei. Eu escrevi, porque ela abriu essa cerca, e pedi providências a Brasília, esperando que Brasília tomasse uma decisão...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Objetivamente, eu só queria saber objetivamente, assim, Dr. Otávio. O senhor tem conhecimento de alguém que tenha, que faça o tráfico, que tenha feito tráfico de animais silvestres naquela região?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - O Joselito está aqui presente, já fez tráfico na região, inclusive eu tenho uma fita dele gravada há muitos



anos e onde disse a ele que ele podia traficar em Euclides da Cunha, Água Branca, Fazenda Pedra Branca, mas que nunca mais — ele está aí, ele pode afirmar isso —, por favor, não entrasse na Serra Branca, porque a Serra Branca, se ele entrasse, poderia dar errado para a gente.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem...

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Foi o gasto... Dá licença Dr. Sarney. No primeiro *workshop* nacional de animais silvestres, eu fui palestrante na CETREL, onde participou RENCITAS e todos os órgãos aqui da Bahia. Na época, eu interpelei a Dra. Lolita, Diretora de Vida Silvestre, onde teria gastado 250 mil dólares, repassados para a Fundação Biodiversitas, e se o berço das araras — que 90% das araras se reproduzem na Serra Branca — onde estaria esse dinheiro. No meu conhecimento, plantaram milho em Cocorobó, em Canudos, fora de época, porque lá é uma região seca e só dá milho em julho. E na propriedade do "Seu" Breno Júnior do Carmo pequenas mudas de (*ininteligível*), assim mesmo doadas pela Fundação BioBrasil. E eu não obtive resposta na época porque disse que ela não veio preparada para isso, veio apenas para esse trabalho. Então, o dinheiro veio do Meio Ambiente, na época. Então, é preciso que se destine as coisas e se dê nome aos bois, para que este País tenha uma nova face, tenha uma nova forma e um novo ritmo de vida.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, o senhor fez uma acusação formal aqui, de conhecimento de tráfico...

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Está gravado inclusive na reunião da CENTREL, não foi isso? Está gravado e filmado. Se quiser, pode requisitar.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Então está muito bem. Nós vamos, então, posteriormente, checar. Eu gostaria, Sr. Presidente, que, se possível, nós ouvíssemos a Suely Monteiro e a Dra. Edilene Matos. Acredito que em Brasília mesmo podemos oficializar o IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Requerimento deferido. Eu solicito à Secretaria que providencie o convite para que seja ouvida em Brasília.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Eu queria... Eu gostaria ainda, porque me lembrei agora, que esses dois ex-traficantes que estão na



Fundação BioBrasil... Eles estão lá para que nós pudéssemos vê-los de perto. Eles, tendo um salário, eles estão sob nossas orientações. Estou diariamente acompanhando os passos, então...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - E hoje ele está trabalhando.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - É, hoje, com eles trabalhando, entendeu? E tem mais quatro para que vigiem esses dois, entendeu? Porque eu disse certa feita que não acreditava em ex-pederasta, ex-ladrão, ex-trafficante. Isso tá inclusive... Eu não acredito em nada disso. O que eu acredito é na realidade, porque dinheiro, meu avô dizia, dinheiro é inimigo da alma, e, de repente, pode ter uma recaída. A gente tem que ter muito cuidado.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu pergunto aos Srs. Deputados se querem fazer alguma indagação.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, eu queria só fazer uma pergunta ao Dr. Otávio. Nessa questão da invasão do IBAMA, quais são as alegações do IBAMA toda vez que abre, vai lá, abre a porteira e corta cerca? Qual é a alegação nesse momento, qual o benefício? O que eles trariam para a natureza fazendo esse trabalho?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Nenhum benefício, não trazem nenhum benefício.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas qual é a alegação?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Olha, eu estava aqui em Salvador, no próprio IBAMA, tratando de assuntos, quando ela foi à Serra Branca e obrigou o servidor a abrir a cancela. Eu digo obrigou pelo seguinte: porque chega a polícia, com fuzis e metralhadoras... E com ela dizendo "eu sou a lei, entro aonde eu quiser", o rapaz ficou com medo e abriu.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas me responda, porque o senhor não me respondeu. Qual é o objetivo dela no momento em que ela vai lá e obriga a abrir a porteira? Ela vai lá por quê? Alegações de tráfico, porque diz que vai haver maus tratos, que está acontecendo alguma coisa errada na fazenda, ou ela vai lá passear e abrir a porteira? Não é isso. Tem que ter alguma coisa aí além.



**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Eu estava em Salvador, quando eu disse aqui, quando eu mostrei o documento aqui, o Sr. Jean Roubert disse que eu teria invadido terra do IBAMA. Possivelmente essa mulher acha que eu estou nas terras do IBAMA. Possivelmente, não é?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas o simples fato de ela abrir a porteira, não seria... Aí é que ela iria descobrir, por exemplo, a invasão de terra do IBAMA. O que ela teria que fazer? Teria que levar técnicos, fazer uma avaliação da área da terra, ver as documentações da sua propriedade. Agora, a invasão da terra, no momento em que chega à fazenda, manda abrir a porteira e entra na fazenda, tem que haver alguma ligação qualquer.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Entrou, e disse que...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O entrave é o quê? Ela vai lá e passeia na fazenda, vira as costas e vai embora?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Ela disse ao funcionário, o funcionário já está intimado para ser ouvido na delegacia, ela disse que entrava aonde ela quisesse e bem entendesse porque ela era lei e era IBAMA. Agora eu não sei, porque eu estava aqui em Salvador.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não, mas isso não é a primeira vez. O senhor deve ter checado informação.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, a primeira vez pela frente.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não, deixa só eu fazer a pergunta de novo para ver se o senhor consegue...

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Uma vez foi pelos fundos da fazenda.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - ... chegar aonde eu quero chegar. Chega lá, simplesmente abriu a porteira e não vai embora; entra na fazenda com alguma alegação. O que é que ela vai fazer dentro da fazenda? Qual é a alegação dela para entrar dentro da fazenda na hora que quer?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Segundo eu estou informado, ela foi numa área de Araras, lá na Pedra Branca. Quando chegou na frente da fazenda — que para entrar na Fazenda Serra Branca tem que passar por



mais duas fazendas nossas, porque eu sou o administrador — ela disse que o rapaz disse que não podia entrar, só com a minha ordem. Ela disse: "Não, aqui a ordem é minha. Eu sou a autoridade, eu sou a lei. Eu entro aonde eu quiser." Isso foi-me passado e estão intimados para serem ouvidos na delegacia, para eu ter um documento comprobatório. E da primeira vez ela foi pelos fundos da Serra Branca, na Fazenda Logrador: quebrou o arame e foi embora. Aí um rapaz me informou que foi o IBAMA que quebrou. Aí eu fiz esse documento para Brasília para ver se ela dava uma justificativa de por que é que tinha ido lá, por que derrubou o arame.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor não recebeu essa resposta ainda?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Nunca! O Dr. Luciano Menezes recebeu o fax e enviou o processo aqui para a Bahia para saber se...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor, por algum tempo, falou aqui que havia proibido a entrada do IBAMA no interior da fazenda por algum motivo.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Exato. Isso há anos atrás.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É, exatamente. Hoje o senhor liberou a entrada. A qualquer momento que o IBAMA quiser fazer uma vistoria, como funciona?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, mesmo o CEMAV do IBAMA tem que pedir autorização, porque muitas vezes pode um traficante se monitorar, se dizer do IBAMA e entrar na fazenda, porque ninguém conhece quem é IBAMA e quem não é. Então, eles têm que passar um fax, ir em Jeremoaba, conversar comigo, Brasília é melhor, qualquer pessoa, para dar acesso a essa pessoa, senão daqui a pouco...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É, desde o momento que seja uma coisa marcada, que esteja autorizado, o senhor não impede a entrada e que seja feita a vistoria.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, nunca impedi.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Então não haveria motivo da invasão.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - O agente Otacílio, que já é conhecido, de Vitória da Conquista, uma pessoa honesta, digna, trabalhadora, esse entra a qualquer hora, porque é uma pessoa que preserva o meio ambiente, dá



educação ambiental. E, no momento em que faz uma aferição, não anda invadindo casas para pegar animais que já estão domesticados. Então, as pessoas já são conhecidas dos funcionários; os que são do IBAMA já são conhecidos, têm a liberação permanente. Agora, aqueles que não são conhecidos nós não permitimos.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Eu queria que o senhor desse assim, por exemplo... explicasse um pouquinho mais o detalhe dessa verba que foi destinada pela (*ininteligível*) ...que foi investida, de que maneira. O senhor deixou uma coisa assim meio vaga sobre essa questão. Eu queria que o senhor passasse um pouquinho como aconteceu, que tipo de verba é essa, para que fim seria essa verba.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Veja bem: como nós tratamos aqui primeiro, o que senhor perguntou sobre o tráfico de animal silvestre e da preservação, eu achei por bem, já que a Serra Branca produz 90% das araras azuis de lá, achei por bem perguntar à Diretora-Geral de Fauna o repasse de 250 mil dólares à Fundação BIODIVERSITAS, cuja destinação eu achei muito grande para o pouco que tinha feito. E, se os senhores quiserem maiores detalhes, peça a fita, requisite a fita à CENTREL, que a CENTREL tem essa fita onde eu inquiri a Dra. Maria Rita.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas o senhor disse pouco. O que foi feito? O senhor teve noção, o senhor acompanhou o projeto?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Dois hectares, no máximo, de plantio de ouricuris, e pronto.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não tem mais nada? Os duzentos e cinquenta mil dólares ficaram nisso aí?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - É... Gráficos, gráficos... Pedro, me dê aquele papel, me dê aquele gráfico que tá ali em cima.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não, não há necessidade, não. Eu só queria saber porque o senhor fez uma acusação, ficou uma coisa meio vaga sobre essa questão. O senhor já explicou.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Estou explicando isso aqui porque eu já disse a ela pessoalmente.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Então, eu queria pedir à Presidência que solicitasse essa fita que ele cita, do depoimento dele, para que seja avaliado, para que no relatório final a gente peça aí que se vá mais fundo nessa questão. Sr. Presidente, estou satisfeito com a resposta do Dr. Otávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Seu requerimento está deferido e solicito ao Sr. Otávio que nos entregue ainda hoje, se possível, a documentação e a fita também do *workshop*.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Aqui está a documentação, a xerox, e a fita... (*inaudível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - O Pedro Lima faz chegar até a Comissão aqui ou manda para Brasília? Como é que faz? Gostaria que você entrasse em contato, então, com o Manoel, o Secretário, para pegar os endereços e como chegar até Brasília, tá? Sr. Otávio, nós agradecemos a sua participação, entendemos que foi corajoso em fazer essas denúncias da maior gravidade. Certamente, Sr. Relator, é lamentável que nós tenhamos pouco tempo para apurar tantas denúncias, porque se nós não cumprirmos esse trabalho até o fim desta legislatura, não surte nenhum efeito a Comissão.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - É por isso que eu falei tudo que eu queria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Lamentavelmente, o tempo é exíguo para a dimensão dos problemas que grassam o meio ambiente. Mas temos certeza de que pelo menos o caminho vamos indicar para adoção de medidas necessárias, inclusive, talvez, por sugestão do Ricarte, uma nova CPI na outra legislatura.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, eu queria fazer mais uma pergunta ao Dr. Otávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Um momentinho. O Deputado Luisinho tem mais uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Houve uma colocação de... o senhor, em algum momento, fala em propriedade da fazenda. Em algum momento, o senhor fala em administrador da fazenda.



**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, é meu pai, que é o dono da maioria.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Ah, sim! Essa é a dúvida.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - O meu pai é o dono da maioria. Eu tenho 3.333 hectares e o restante das fazendas, porque inclusive a Serra Branca, para comprar, eu não tive dinheiro...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não tem participação de ninguém de fora da família nessa fazenda?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, ninguém.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Ninguém...

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - E eu não admito. É por isso que eu contrato...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É só da família mesmo?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - É só da família. Inclusive, a participação da BioBrasil cessa...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Nem no projeto de preservação das araras não existe uma ligação?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Só no projeto

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas é só da família? Não há a participação de mais ninguém?!

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Não, não tem participação. Inclusive...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - O projeto é aprovado pelo IBAMA?

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Só poderá responder isso o Sr. Pedro Lima. Acho que sim, porque o CEMAV está em todos os trabalhos. O CEMAV está em todos os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não só tinha deixado uma dúvida sobre essa questão de administração. "Eu administro, eu sou o proprietário..." Então, eu fiquei com uma dúvida porque....



**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - É porque o acordo feito entre a BioBrasil e o Otávio é que eu supervisionaria tudo. Inclusive guardas sou eu que escolho, sou eu que demito, para evitar que entrem pessoas que não são...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Confiáveis.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - ...confiáveis. Então no momento...Outra coisa, o contrato acaba a qualquer momento, sem prejuízo de ninguém; basta que eles firam o objetivo da nossa preservação.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Relator, certamente é louvável a iniciativa de preservar. Mas existe um sistema legal no País e acho que prevê obrigatoriamente que este projeto esteja aprovado pelo órgão ambiental responsável pelo meio ambiente. Então gostaria de ter a informação certa para a Comissão, a aprovação do projeto e, naturalmente, nos dias de hoje, a situação que ele se encontra, porque deve sofrer fiscalizações temporárias do próprio órgão ambiental. Isso não pode ser impedido, porque é uma ação de governo.

**O SR. OTAVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - (*Intervenção inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Tudo bem. Então fico agradecido e espero que V.Sa. esteja sempre à disposição se houver necessidade. Muito obrigado.

**O SR. OTÁVIO MANOEL NOLASCO DE FARIAS** - Quero convidar todos vocês para visitarem Serra Branca, que é uma beleza natural, um paraíso ecológico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Gostaríamos de ter a comprovação disso porque é um trabalho sério. Nós temos que fazer o relatório. O nosso Relator... Gostaria que nos dessem uma certidão ou uma cópia do ato de aprovação desse projeto. Em prosseguimento, vamos convidar o Sr. Joselito dos Santos para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*) Sr. Joselito, o senhor foi acusado de ser um dos envolvidos no tráfico de animais silvestres. Mas quero dizer que a nossa função, membros desta Comissão não é de prender, de espancar, ou qualquer coisa que o valha, e, sim, apurar para encaminhar aos setores dos órgãos competentes, que serão encarregados de julgar. E, também, em função do que nós apurarmos, adotarmos medidas legais legislativas para melhorar a atuação dos órgãos do meio



ambiente e a própria defesa do ecossistema. Gostaria que V.Sa., que já assinou o termo de compromisso, prestasse este juramento.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - A seguir, passo a palavra ao Relator para as indagações.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Joselito, o senhor continua trabalhando no tráfico de animais?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Tem três anos que eu parei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quantos anos o senhor manteve-se no tráfico?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Dezenove anos.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor montou uma rede de tráfico?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, não foi bem assim, uma rede de tráfico. Eu trabalhava sozinho com...O fato é que eu me fazia sozinho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quais eram as suas principais rotas e quais os pontos de captura?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Começou, primeiro... Eu comecei com bicho pequeno, azulão, cardeal, esses negócios. Aí, após 95, 94, eu passei a mexer só com arara.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E os principais pontos de rota e captura?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Captura de arara era no Raso da Catarina e rota eu fazia só fronteira: Paraguai, Argentina, Bolívia também.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nessas rotas, nesse tráfico, é lógico que o senhor não fazia isso sozinho.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Fazia sozinho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Fazia sozinho?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não tinha contatos? E os contatos de venda?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Ah, contato de venda era lá fora.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Fora do Brasil?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Argentina.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor já respondeu na Justiça pelo tráfico de animais silvestres, ou não?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - O de 95... Eu fui pego pela primeira vez em 95. Esse... Eu fiquei dois anos, peguei um... (*ininteligível*) ...dois anos, e, após dois anos, quando estava terminando o processo, aí fui pego novamente em São Paulo. Aí, não sei como é que se encontra isso hoje.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quer dizer, esses processos, esses inquéritos que foram frutos de um inquérito eles detectaram, ficou claro nesses processos o endereço, nome dos compradores, mesmo que seja fora do Brasil?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, não ficou nada claro. Nunca passei nada ainda disso.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor evidentemente tem uma larga experiência nesse assunto. Então, com essa experiência que tem, ao longo de 19 anos nessa atividade ilegal, o senhor evidentemente conhece pontos onde ainda se dá o tráfico e deve conhecer elementos vinculados a esse tráfico. O senhor poderia dizer assim para nós, aqui na CPI, quais são os locais em que ainda se tem maior incidência do tráfico de animais silvestres?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, isso é uma coisa que... Por exemplo, todas as pessoas que foram convidadas do tráfico, é uma coisa que todo mundo, cada um tem o seu, sabe? Uma coisa que... Jamais eu posso chegar e dizer assim, "Ah, em tal lugar tem, como se diz, um bocó." Então não posso chegar e dizer isso. Acho que vou me complicar sobre isso aí. Conhecer, eu conheço. Não resta dúvida. Eu não posso dizer que não conheço. Se eu falar, eu estou mentindo. Infelizmente, não posso indicar. Agora, São Paulo, Rio, esses são os pontos mais fortes hoje.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E quem recebe esse produto? Esses animais, em São Paulo, no Rio, por exemplo. Não tem um ponto para receber, uma feira em que é vendido, um local onde isso é transacionado?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, isso é uma coisa que gira dentro de São Paulo, Rio. Por exemplo, a Feira de Caxias é livre. Se você chegar lá hoje na



Feira de Caxias, você vai encontrar milhões e milhões de bichos na feira. São Paulo tem várias feiras.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Feira de Caxias?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS**- Feira de Caxias. E tem várias. Um monte de bicho! Você vai em São Paulo, em várias feiras dentro de São Paulo em dia de domingo, você vai encontrar vários bichos. Então, é uma coisa que é fácil fazer, descobrir. Não é difícil.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem idéia de quantos papagaios e araras o senhor colocou na rota do tráfico?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Papagaio, não tenho idéia. Arara foi quarenta. Eu tenho trinta e três que mandei para fora; sete estão presas hoje; tem cinco em Passo Fundo e duas em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quando o senhor foi pego, a primeira vez, o senhor estava com parceiros?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, a primeira vez, em 95, eu estava com Elias, um amigo meu, que eu passava mercadoria para ele. Isso foi em 95.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Elias...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eliazar.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eliazar? De quê?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Acho que Eliazar, não sei, eu não lembro o nome total dele.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E ele foi preso também?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Foi, junto comigo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E, depois, na segunda vez que o senhor foi pego...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - A segunda vez eu fui pego dentro, já entregando a mercadoria no aeroporto. E aí tinha uma senhora que fazia todo o trajeto...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E essa senhora foi presa também.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Foi presa junto comigo também. Do Rio.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Esses dois, evidentemente, eu pediria desde já, Sr. Presidente, que nós tivéssemos acesso a esses processos para



sabermos o nome. O senhor tem conhecimento de alguém do IBAMA que tenha participado disso, tenha fechado os olhos, feito vista grossa.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Ou mesmo participado, recebido algumas vantagens.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, até hoje não tenho conhecimento do IBAMA...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E da Polícia Militar, polícia de caatinga...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - ...órgão estadual, alguém vinculado ao Poder Público, à polícia, cooperava?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, comigo nunca aconteceu isso, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor... A BioBrasil lhe ofereceu serviço?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Aí é onde está o problema. A BioBrasil... Assim que eu saí do tráfico, eu estava em São Paulo, fui ser ouvido, inclusive com meu colega, que era o caminhoneiro, que está aqui hoje presente, a gente foi ser ouvido em Passo Fundo, que era das duas apreensões que foi pega no sul. Quando eu meu encontrava em São Paulo eu vi o problema do Raso da Catarina, que, inclusive, aquele problema do Raso da Catarina fui eu que fiz aquilo ali. Corda... Eu montei todo aquele esquema. Que eu entrava muito fácil no Raso da Catarina. Se hoje, por exemplo... Eu não estou afirmando que eu volto ao tráfico. Jamais. Eu quero é que não aconteça isso. Agora, se hoje eu volto ao tráfico, eu acho que tenho condições de entrar de volta no Raso da Catarina.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sim, mas a questão mesmo da BioBrasil, ela ofereceu serviço?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Sim, aí veio a BioBrasil. Após, em São Paulo, eu estar vendo aquelas reportagens durante a semana, quando foi na segunda-feira eu entrei em contato com Pedro Lima; consegui o telefone dele, liguei para ele. Me identifiquei, e até uma pessoa que trabalha com ele ficou assustada: "Zelinho das araras"? Eu digo: "Sou eu mesmo." Aí, em cinco minutos, Pedro Lima



retornou a ligação. Aí disse: "Você está onde?" Eu disse: "Eu estou em São Paulo." "Está fazendo o quê?" Eu digo: "Eu fui ser ouvido pela Justiça e estou aqui numa situação difícil." Justamente que eu já tinha acabado com todos os tráficos. Tinha dançado mesmo, estava difícil; não tinha nem dinheiro para voltar para casa. Aí ele disse: "Então você vai fazer o seguinte: você vai vir para aqui, para Salvador, Charles Moon vai vir falar com você, vai ver o que a gente vai fazer com você." Aí passou o telefone para Ribamar. Ribamar me ligou imediatamente em minha casa, na casa da minha irmã em São Paulo. E, aí, conseguiu mandar dinheiro para mim, e eu fui para Salvador. No outro dia, fui até Pedro Lima. Quando cheguei lá, Charles Moon veio me conhecer. Conheci Charles Moon, e ali eu fiquei. Como é que se diz? Para mim eu estava no céu, a história é essa. Conhecer uma pessoa como Charles Moon e Pedro Lima, que eram do tráfico, acho que é muita coisa. Aí, fizeram um acordo comigo para eu ir para o Raso da Catarina descobrir onde tinha arara, pontos de arara. Óbvio que eu sabia demais. O que eu mais conheço é elas. Aí disse: "Você vai fazer tudo direitinho que a gente vai levar um pessoal lá para conhecer. Tudo bem. O Ribamar eu acho que não ficou a par disso. Aí, o que ocorre: eu fui para lá, me deram autorização, me deram dinheiro; eu loquei um carro, fui para lá, arrumei tudo direitinho e tal. E com uns...Na quinta-feira da outra semana, passados uns dez dias, chegaram dezenove pessoas, vinte e uma, com mais duas pessoas que chegaram lá. Quer dizer, aí me esconderam de Otávio, certo? Otávio não ficou sabendo. Eu que arrumei tudo, o esquema lá para levar o pessoal, e apresentei as araras. Só que Otávio não sabia de nada disso. Para todos os efeitos, eu não conhecia Otávio. O que ele acabou de dizer aqui, infelizmente, é uma coisa real. Ele não mentiu de jeito nenhum. Eu não conhecia Otávio, só conhecia de vista. Eu já vi ele várias vezes. Via ele passar no mato. Era minha área e eu conhecia ele, só que ele não me conhecia. Após isso, visitaram a Serra Branca. Eu não fui, fiquei na cancela, não fui lá dentro. Justamente, como é que se diz, o IBAMA não sabia disso, e Otávio também não sabia. Então fiquei cabreiro e disse: "Se eu entro aí dentro e Otávio me reconhecer, eu posso me ferrar. Então não vou." Mesmo com Pedro Lima e Charles Moon. Tudo bem, aí eles foram lá, visitaram o Raso, a Serra Branca; nos outros dias nós fomos para Barreiras, que onde eu fazia meus negócios. Era nas Barreiras e Pedra Branca. Lá eu mostrei tudo. Teve uma mulher que tirou oitocentas



fotos; essa senhora tirou. Quer dizer, elas viram mais de cem araras. Eu apresentei. Após isso, Charles Moon falou para mim que meu emprego estava garantido e do meu pessoal. Que eu pedi quatro empregos: eu, meu irmão que cuidava de meus bichos, o Carlinhos e o Antônio José, que hoje se encontra dentro da Fundação. Mas eu crente que eu ia ficar na Fundação. Eu tirei o meu pessoal que pegava bicho comigo joguei logo para a Fundação, que eu pedi logo. Só que isso foi feito num sábado, aconteceu isso num sábado. Na segunda-feira, eu esperava que Pedro Lima e Charles Moon viessem até a mim ou me ligassem. Sumiram. Na segunda-feira eu liguei: "Cadê Charles Moon?" "Ah, Charles Moon viajou." "Para onde?" "Para o Peru." Digo: "E eu? Cadê a promessa que foi feita de me pagar dois mil reais por mês?" Nada disso foi feito. Charles Moon sumiu, e eu ficava cobrando a Pedro Lima. Cobrava... Aí disseram... Após isso aí, Ribamar vai em minha casa. Quando chega lá, me fez um monte de perguntas e tal e tal e ele não me conhecia ainda. Aí me autorizou eu trabalhar no Raso. Ele, com autorização de Otávio, da Fundação, eu fui ser fiscal dentro da área. Só não entrava dentro da Serra Branca; ficava afastado. Fazia Pedra Branca e a Barreira. Toda a região ali eu fazia, com autorização deles. Só que eu fiquei três meses, e ele é prova disso. Eu passava, usava a gasolina do posto, ia para a região, retornava à tarde. Finais de semana ia para casa, sem problema. Passava e dizia: "Otávio, já estou indo embora para casa." "Beleza!" Isso foi três meses. Após três meses, eu já estava puto da vida, não ia ficar numa situação daquelas; não tinha dinheiro, não tinha salário, não tinha nada. E o Otávio é prova. Aí chegou um dia lá e eu disse: "Otávio, como é que nós vamos ficar?" Ele disse: "Rapaz, ligue para Salvador." Liguei para Salvador. Quando liguei para Salvador, quem atendeu foi um cidadão lá. Esqueço o nome dele; é da Fundação, é vice-presidente ou não sei o quê. Aí disse: "Você está onde?" Eu disse: "Estou em Jeremoaba." Ele disse: "Fazendo..." Eu disse: "Estou trabalhando. Como é que vai ficar minha situação?" Ele disse: "Se vire!" Aí eu fui até Otávio, no escritório dele. Cheguei lá e disse: "Otávio, a coisa pegou." Ele disse: "O que foi?" "Eu liguei para o cidadão agora lá em Salvador e ele falou para mim que era para eu me virar." Aí Otávio falou: "Você tem como fazer uma fita aqui?" Eu disse: "Tenho, vou embora fazer." Eu já estava puto mesmo, não tinha como fazer mais nada. Aí eu fiz a fita e ele foi para Brasília. Eu era para ser convocado para Brasília, para depor. Não fui.



Quer dizer, isso passou, e até hoje eu estou com três anos... Mantenho contato com Ribamar, direto. Aí, depois, Ribamar me deu trabalho, me pagou cinco meses. Ele me pagou. Fiquei trabalhando... Não trabalhando; aliás, fiquei dentro de casa recebendo. Cinco meses eu recebi do IBAMA. Após cinco meses, me cortou também. Tudo bem. Eu fiquei em casa, até hoje, sem nada. Três anos...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Só uma coisa. Quando o senhor levou os técnicos da BioBrasil, foram mais de dezenove pessoas, não é?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Tinha vinte e uma pessoas, e dezenove eram pesquisadores.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Vinte e uma pessoas. O senhor acredita que esses estudos, esses levantamentos e tudo foram feitos com outros objetivos que não o científico. Ou seja, mais claramente: o senhor acredita que por trás disso tinha a intenção de saber onde estavam os animais para poder capturá-los?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - É uma coisa que eu não posso provar. A BioBrasil, eu tenho certeza... Não tenho bem certeza, que eu não conheço fundo a BioBrasil. Vim a conhecer de três anos para cá. Não posso afirmar que Pedro Lima... Como conheço ele há pouco tempo... Por nome eu conhecia ele há muito tempo; é uma pessoa que trabalha em função de acabar com o tráfico de animais, óbvio. Agora, Charles Moon, infelizmente, eu não posso afirmar nada de Charles Moon. Agora, uma certeza eu tenho: que à toa ele não está lá dentro, que é uma área... Um casal de araras lá fora custa 100 mil dólares. Quer dizer....

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor já ouviu falar alguma vez...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, nunca ouvi dizer.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - ...que Charles Moon tinha feito....

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, isso não posso provar de jeito nenhum.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eu quero fazer até um esclarecimento aqui, porque esta prática de se colocar pessoas vinculadas ao ilícito, é uma prática ambientalmente correta. Se fez isso com as tartarugas no projeto TAMAR; os pescadores que matavam, que faziam a sopa de tartaruga, hoje são parceiros. Está-se fazendo isso na Amazônia. Muitos ex-madeireiros também hoje estão a serviço.



Então, isso não é nada demais; isso é uma coisa até muito boa. Agora, desde que evidentemente os objetivos sejam esses. E, pelo o que estou vendo, não há, segundo o meu entendimento agora, não existe realmente nenhuma comprovação e nada que diga que a BioBrasil está vinculada. Ao contrário, eu acredito realmente que tem feito um bom trabalho e que esse trabalho é a favor da manutenção das araras. No entanto, evidentemente, é nossa obrigação buscar qualquer indício, qualquer possibilidade, e nós vamos buscá-la. O senhor, eu já lhe perguntei uma vez, eu gostaria de perguntar de novo. No inquérito policial da sua prisão em flagrante, das duas, das cinco, o senhor citou, foi perguntado sobre o nome dos contatos internacionais, de tudo isso?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, todas as vezes que eu fui pego — acho que isso é uma falha que existe mesmo. Quando eu era pego, jamais um delegado me perguntou se eu mandava bicho para fora ou não mandava, quais os contatos que eu tinha lá fora. Ninguém nunca me perguntou. Isso foi perguntado perante o Ribamar, em Brasília mesmo — eu fui a Brasília — me perguntaram. Agora, perante delegado, juiz, ninguém nunca me perguntou.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor disse o nome das pessoas, que se lembrou do nome, para o próprio IBAMA?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Para o Ribamar eu passei a pessoa que eu trabalhava nos Estados Unidos. Eu passei, sim.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Passou todos os nomes.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Passei, passei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Todos os nomes que tinha. Muito bem. Bem, Sr. Presidente, da minha parte, eu estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pergunto ao Deputado Luisinho se deseja fazer alguma indagação.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Com a palavra então.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Joselito, o senhor falou que levou aproximadamente quarenta araras. O senhor não tem a quantidade não? Afirmou que são quarenta araras. Isso foi em seis anos.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Seis anos.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Qual era o preço de cada arara dessa, hein?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eu vendia a dez mil reais o casal, livre. Entregava na fronteira, livre.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Papagaio. Qual é a quantidade aproximada de papagaios?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - O preço ou quantos eu vendia?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quantos vendia.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Ah, eu vendi vários.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O quê? Vinte mil, dez mil, cinco mil, mil... Quantos?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Dez mil para a frente eu vendi. É uma coisa que eu assumo. Não vou mentir simplesmente.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quantas araras foram levadas em cada viagem?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Inclusive, passou na reportagem essas araras...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - No exterior, não é? O senhor fala aí que levava para o exterior. Quantas araras o senhor levava para o exterior?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Justamente, é o que eu estou explicando. Vai de acordo com o pedido, certo? Se o cara lá da Argentina me pedir seis araras, eu levo seis araras; se ele me pedir dez araras, eu levo dez araras. Inclusive eu tenho um pedido aqui. *(Pausa.)* Duzentos e treze mil reais só de mercadoria. É um pedido que foi feito.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, peço que seja juntado aos documentos da CPI. Esse documento tem uma importância muito grande para a CPI. Então, você levava essa quantidade de araras. E como você fazia esse transporte? Em que local? Como era transportado? Você nunca foi parado na estrada? Como isso passava e saía fora do País com essa facilidade toda? Seis araras, o que não seria um transporte muito pequeno...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não. Transporte, isso é normal, entendeu? É uma coisa que... Como é que se diz? Se você chega em Cipó e freta um caminhão seja de onde que seja... Não quero dizer que seja só caminhão de Cipó, como todo



mundo fala: "Ah, Cipó é um dos maiores tráficos do mundo!" Não é bem assim. Existem outros lugares bem mais complicados do que Cipó. Cipó porque é um índice de gente... Mas não é bem assim; não vamos colocar só Cipó. Colocaram Cipó como a central. Existem vários lugares que não são como Cipó, certo? Então, o que ocorre é o seguinte: se você freta um caminhão seja de Cipó, de Salvador, de São Paulo, do Rio, faz normal. Parou numa estrada, o guarda rodoviário parou. "O que é que vai dentro?" Vai dentro uma carga e ninguém sabe o que é que tem lá dentro. Pergunta: "Tem documento?" "Tenho." Mostrou uma carga, tá esse documento aqui. "Vai levando o quê?" "Arroz, feijão, carne." Passa normal.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Uma outra pergunta muito interessante: qual era o método de captura desses animais? Como você fazia essa captura na natureza dos animais?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - As araras eu comecei pegando na rede, não é? Eu capturava na rede. Inclusive são dois parceiros meus que eu tenho hoje dentro da Fundação BioBrasil. Eram as pessoas... eu ensinei a eles a fazer o trabalho. Foram ensinados por mim. O Otávio citou uma coisa aqui que ele não tem confiança nas pessoas dele. Mas ele pode ter a pura confiança em Antônio José e Carlinhos, que são as pessoas que eu ensinei. Então, eu justamente tirei eles do tráfico para eles não irem atrás de outra pessoa. Foi por isso. Então, eu ensinei eles a pegar. Então, comecei pela rede, e da rede eu passei a atirar nas lajes, nos... A gente bota uma corda, sobe, desce no penhasco e entra normal, sem problema. Fácil, fácil.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - No início, logo no início, quando você falou, falou que faz isso tudo sozinho, que você não tinha parceiros. Agora você já me citou mais dois nomes e falou inclusive que já pediu quatro empregos para os seus irmãos, que cuidavam também, essa coisa toda.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Quatro empregos.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - No início você falou que trabalhava sozinho.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Sozinho, viajando, mas para pegar eu tinha essas duas pessoas: meu irmão cuidava em minha casa. Eu capturava e ele cuidava.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Outra coisa, quantas você tirava da natureza e quantos você conseguia entregar? Qual era a perda que você tinha desses animais?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Dependendo do trato, nenhum, não tem como perder. Esse lance do pessoal do IBAMA, que faz um relatório de que morreram tantos bichos, isso é uma coisa que o pessoal fala demais. Bicho não morre; se você tratou ele direitinho, não morre de jeito nenhum.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Como você fazia o embarque dos animais no Aeroporto do Rio de Janeiro, por exemplo?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Esse negócio de embarque dos animais no aeroporto... Essa mulher com que eu fazia a transação com ela, que fazia todo o trajeto. Eu não me envolvia. Eu me envolvia simplesmente no pagamento. A pessoa passava o pagamento para mim, e eu passava os pagamentos para ela. Eu não me envolvia em aeroporto.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Qual o nome dessa mulher que você cita toda hora e não fala?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Ela foi presa junto comigo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas você não lembra o nome dela agora, se ela foi presa com você?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Zuílma.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Outra pergunta também interessante. Você fala dessa visita lá com o Sr. Charles Moon, com o Sr. Pedro Lima e mais dezoito pessoas...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Dezenove.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Dezenove pessoas, não é? Quando você estava fazendo a conta, eu não estava contando você. Então, no caso, dezenove pessoas. Qual era o perfil dessas pessoas? Eram pesquisadores, eram jovens, eram adultos, eram estrangeiros? Quem eram essas pessoas que estavam naquele momento? Poderiam ser — uma pergunta que eu... — possíveis consumidores? Teriam perfil de consumidores? Se foi lá ver o animal para poder ver o que queriam, se eram alguma coisa desse tipo, ou não?



**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, o pessoal, quando, no primeiro dia que chegaram lá, que foram na Serra Branca, não viram nada à tarde. E foi autorizado por Otávio. Ele autorizou eles entrarem na Serra Branca. Só que chegaram lá e não viram nada. O pessoal chegava indignado no hotel: "Pô! Não vi nada. Como é que pode uma coisa dessas?" Os gringos falavam. Aqueles que falavam castelhano, o espanhol, eu sabia o que eles estavam falando. Os que falavam inglês, não sabia de nada. Quer dizer, e quando foi no outro dia, até o Charles Moon chegou e disse: "Pô, Joselito! E aí, rapaz, essa montoeira de gente que eu trouxe para aqui... E aí, vai ficar em quê?" Digo: "Rapaz, vamos para o local que lá eu tenho arara, lá, sim. Vou lhe mostrar arara, vou lhe provar que tem." Ele ficou até meio chateado. Aí, quando chegamos no local, que começou a chegar araras... Eram mais de cem araras que chegaram na hora. O pessoal ficou doido, aquela coisa de doido. Era só foto, foto, foto. Eles têm umas máquinas com tripé. E só era tirando foto, uma coisa de doido, uma coisa de louco.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas isso não seria uma atitude de pesquisador. Eu acho que isso aí poderia ser turismo, ou poderia ser um possível comprador. O que você acha que aconteceu naquele momento?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eu... Para mim, é o turismo. Eu estive agora recentemente na Praia do Forte e eu vi um monte de gringo lá olhando as tartarugas. Quer dizer, se existe o turismo nas tartarugas, pode existir nas araras azuis do sertão. E quem não quer ver uma arara daquela?! Uma arara raríssima, que só existe no sertão baiano.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É interessante, um fato interessante que deveria ser mais detalhado. Talvez não haja tempo, mas mais detalhado esse caso. Quer dizer, vários turistas virem ao Brasil, fazerem questão de ver arara, ir para lá tirar muitas fotos. É uma coisa assim meio... Que necessita de maior explicação. Outra pergunta que eu queria lhe fazer: se o senhor conhece o Sr. Panta, de São Paulo.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - O Panta é uma coisa que todo mundo conhece, pelo seguinte. Panta é de Cipó. Eu não posso lhe dizer que eu não conheço o Panta. É óbvio que eu conheço o Panta. Conheço esse homem, de Cipó.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Teve uma apreensão de quinhentos animais num caminhão, na qual diziam as pessoas, pelo nome. E eu acho que era você. É quando foram apreendidos, naquela vez, lá, quinhentos animais, ou mais, pela polícia, e foi aberto inquérito onde se apontava o Panta como se fosse a pessoa que iria receber os animais. Acho que foi você mesmo, pelo nome. Eu não estou com a matéria aqui...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas eu posso, até se for preciso, buscar no hotel, porque eu tenho essa matéria no hotel. Ela mostra, tinha um nome: Joselito. O nome eu não posso precisar, mas eu acredito que foi você naquele inquérito de mais de quinhentos animais apreendidos, que seriam entregues ao Panta, em São Paulo. O que você tem a falar disso?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Primeiro, eu nunca negocieei com o Panta. Eu, após 95 para cá, saí fora de bicho pequeno. Aproximado de 94, eu saí de bicho pequeno. Então, de 94 para cá eu não tenho problema com bicho pequeno. A não ser essa apreensão que eu tenho aqui, de 2000, de março de 2000, que fez três anos agora; foi a última com cento e dez papagaios, que eu fui pego em São Paulo. Que foi a última que eu fiz, porque eu não tinha mais condição de comprar arara. Aí, fiz, comprei cento e dez papagaios para poder fazer, ganhar um dinheiro. Aí, foi a última que eu fiz, está aqui, e mais nenhuma.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Essa apreensão de animal lá, esses quinhentos animais, então, não foi você?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não. Eu não tenho participação nisso, não. Os meus problemas, todos eles, eu assumo a qualquer momento.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não tem nenhum inquérito em São Paulo? Não é envolvido o seu nome em inquérito nenhum em São Paulo com apreensão de animais? Nunca, nenhum caminhão vindo de Cipó, no qual vocês estavam transportando, transferindo do caminhão para um Fiat Uno e, nesse momento, apreendido pela polícia. E citaram ali o Panta. Lembra disso?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Lembro disso. Foi no Sakamoto.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO** - Realmente, o seu nome consta nessa matéria. A gente não tem o inquérito, que já foi requerido à polícia



local, mas que ainda não chegou às nossas mãos. Então, o senhor negociava com o Panta...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, eu nunca negocieei com o Panta. Nunca negocieei. Se alguém colocou...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas você cita, no momento da troca, você cita que essas aves seriam entregues ao Panta, em São Paulo.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, eu não estou afirmando que eu entreguei nada ao Panta.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não? A matéria fala sobre isso, e o inquérito também, que o receptor das aves seria o Panta, em São Paulo. Só que as aves foram presas antes do momento da entrega. Mas lá, no documento, cita o Panta.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Sim, cita o Panta, mas eu não estou... Porque eu não neguei, eu não... Veja...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas você já faz parte da apreensão. Você, lá no documento, cita que você iria fazer a entrega ao Panta.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Se alguém colocou o meu nome... Entenda bem, se alguém colocou, citou o meu nome.... Porque alguém pode ir lá me citar hoje. Tem uma apreensão em qualquer lugar e ele falar que foi de Zelito... Mas eu não tenho nada a ver com essa apreensão que teve no Sakamoto. Eu sei do que ocorreu: ele foi preso, o menino correu... Eu estava em Cipó. E eu não tenho nada a ver com essa apreensão.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não, o Panta não foi preso.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Ele correu.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Ele correu, ele fugiu. Ele alega... No momento, ele disse que não estava. Em um momento ele disse que fugiu.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Sim, mas eu não tenho nada a ver com isso, porque eu não andava... E nem nunca negocieei com o Panta. Isso eu provo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quem eram as pessoas com que você negociava em São Paulo?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eu negocieei, vários anos, com bicho pequeno, só com o Eliazar.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Só com o Eliazar?



**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Só com o Eliazar, Zé Gordinho, Paulo...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Zé Gordinho?!

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Todo mundo sabe.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Esse nome também foi citado: Zé Gordinho. É famoso em São Paulo, também. Zé Gordinho...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Justo. E todo mundo sabe. O Gandra é um cara, um cidadão que eu conheci agora da SOS Fauna, conhece todo mundo em São Paulo. Todo mundo ele conhece em São Paulo. Então, não precisa estar citando Antônio, Pedro e Paulo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não, nós queremos saber qual o tamanho desse tráfico.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - É grande.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Na verdade, nós temos que saber qual é a relação. Nós vamos a São Paulo, você é citado lá em São Paulo. Aí, chega na Bahia, o Panta é citado aqui. E nós vamos descobrindo que essa coisa é nacional. Há uma rede nacional de tráfico. Você pode falar que não havia essa rede nacional, que não havia ninguém, que você trabalhava sozinho. Não, não trabalhava sozinho. Você tinha pessoas para capturar, você tinha pessoas para cuidar, você levava o animal e o entregava a uma pessoa, que vendia esses animais em São Paulo e até no exterior. Então, nós acabamos descobrindo, Relator e Presidente, que há uma grande rede nessa área de tráfico de animais no Brasil. Então, ele, realmente, o Sr. Zelito, pelas informações dele, mostra que participou disso. Ele, quando começou a falar, falava em dependência. Pegava lá o bichinho, ia lá e vendia para alguém numa feira... Não é isso. Verdadeiramente, a coisa funcionou com um movimento muito grande de capital e com a retirada de vários animais da natureza. Nós ouvimos falar em mais de vinte mil papagaios, e, só agora, cento e poucos, no ano 2000. Araras, quarenta araras... Eu acho impossível que em seis anos se leve só quarenta araras, pelo poder de captura que ele tem. Ele chegou no local e mostrou para o Sr. Moon cem araras de uma vez só. Ele pegava na rede... quer dizer, tinha uma facilidade muito grande para pegar os animais com a rede. Então, eu acho que, verdadeiramente, se precisa ir mais a fundo — um pouquinho — na investigação junto ao Sr. Joselito e acompanhá-lo, para saber se desde 2000 mesmo ele não faz



tráfico ou se desde 2000 ele não é mais preso. Porque ele falou que viveu durante um período sem receber nada por parte de ninguém, e vivia para lá e para cá e tal, e parou. Agora, ele está chateado. Fizeram uma promessa de pagar 12 mil a ele por mês...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Dois mil reais por mês.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Dois mil? Dois mil por mês. E não pagaram. E ele está vivendo... de que você vive hoje?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eu vivo dos outros me ajudar. Felizmente, eu fui para a Argentina — tenho documentação que comprova aqui — durante o tempo que eu fiquei parado. O Ribamar, mantenho contato com ele todos os dias. Tenho um documento aqui, que eu ligo para Brasília todos os dias, procurando o Presidente, ou o ex-Presidente — eu não sei se está na ativa o Presidente. Liguei, tenho carta aqui comprovando que eu liguei para o Presidente da República pedindo ajuda. Tenho da RENCTA, todo mundo. Eu tenho um... eu tenho aqui coisas que eu faço direto, não preciso do tráfico.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quando você estava no tráfico qual era a sua renda mensal?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Isso, eu não tenho nem idéia. Eu poderia ganhar 19 mil, 20 mil, 10 mil, 40 mil.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - E como você vive hoje de nada?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Infelizmente, eu parei para fazer isso. Eu... ninguém me pediu...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Você está há três anos vivendo de nada?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Três anos, sem nada. O Ribamar veio à minha casa três vezes, ele vê a minha situação, entendeu? Eu não preciso de voltar... Agora, é aquela velha história: a situação obriga tudo. Não vou dizer que eu vou voltar, ou que estou voltando agora... a obrigação... a gente faz de tudo. Agora, estou lutando para não voltar para o tráfico, felizmente. Eu estou lutando. É complicado, mas eu estou. São três anos, que fazem agora em março. Tenho documentação que comprova.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas eu não sei se o seu pensamento está correto. Quer dizer, se você não tiver ajuda, há tendência de você voltar ao tráfico,



pelas suas colocações. Mas nós estamos falando em crime, justo? Em crime ambiental. Eu acho que não é por aí o caminho. Quer dizer, se eu não achar um jeito de sobreviver... alguém tem que me ajudar monetariamente, porque, senão, eu vou voltar para o tráfico. Eu acho que é uma posição ruim para você. Até pelo que você mostrou aqui, você está querendo... se livrou dessa posição. Apesar de eu não entender como você consegue viver três anos sem recurso nenhum, quando você tinha uma renda de mais de 20 mil o mês, eu não conseguiria, até porque você muda o seu padrão de vida, é uma coisa complicada, e você continua bem próximo desse meio. A CPI pode ter a certeza de que não encontrará nunca mais o senhor envolvido em questão de tráfico de animais, ou poderemos ficar em dúvida?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - O Otávio chegou a dizer... ele disse na minha cara... O Ribamar chegou na minha casa e disse, dentro da minha casa, que não existia ex-puta, ex-trafficante e ex-ladrão. Eu disse que iria provar tanto a Otávio — e vou provar — e a Ribamar que existe. Inclusive, eu estava no Tocantins agora. Há três meses atrás, fui lá vender artesanato, ver se eu conseguia fazer alguma coisa... e eu estava lá e mantive contato, mantinha contado... para todo lugar que eu vou, mantenho contato com o Ribamar, certo? E ele chegou a me dizer que eu estava na área de tráfico, que eu estava pegando bicho. Aquilo me doeu. Desde que você é acusado de uma coisa que você não está participando, isso é chato. Eu fiquei puto na hora. Inclusive, eu até fui agressivo com ele na hora, referente a isso aí, porque eu não estou no tráfico.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Entendi. Está bom. Eu espero que você prove o contrário ao Sr. Otávio e a todas as pessoas que acreditaram em você e disseram que você sairia do tráfico, para que a gente possa dar vida, de novo, à nossa natureza. Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, eu gostaria só de mais duas breves perguntas. Uma: aqui está um ofício que o senhor me passou agora, Sr. Joselito. Esse ofício aqui é um ofício que pede 180 frangos com doze dias de nascidos. Peso líquido: 63 quilos. Peso bruto: 93 quilos. Valor unitário da exportação: um real, um dólar. Valor total da fatura: 180 dólares. Mercadoria de origem brasileira. Via de transporte aérea. Peso: 63 quilos líquidos. Peso bruto: 93 quilos. Quantidade de volumes: cinco volumes. Cinqüenta e três caixas de madeira.



Mercadoria de origem brasileira. Aí, aqui está em espanhol: "*Declaramos bajo juramento que todos los datos que contiene esta factura son el fiel reflejo de la verdad.*" E, aqui, assinado por Carlos Pereira Silva Júnior. Bem, isto aqui, no caso, é um documento que encobre a remessa de animais silvestres?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Justo, justo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem. E aqui, atrás, anexo, tem a encomenda?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Essa encomenda aqui, eu passo para lá os valores, quanto custa, e ele já sabe quanto vai ser o custo dessa carga.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Certo. Mas o que eu quero saber, Sr. Joselito, é o seguinte: é que este... nesta nota aqui, no caso, o animal iria... o animal, a arara, a encomenda aqui... aqui eu vejo que tem até mico-leão dourado. Então, eles iriam já dentro desses caixotes? Como seria? Despachados normalmente?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - É. Após, no caso, ele faz o pedido para mim. Se eu quiser fazer de volta esse tráfico, aí, eu posso fazer. O pedido é esse. Eu não aceitei, fiquei quieto, fiz de conta, porque eu tenho 53 mil reais na mão desse cidadão, que não me pagou, entendeu? Ele pediu de volta para mim, eu pedi o meu dinheiro, os 53 mil, que ele não me mandou.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O cidadão é o Carlos Pereira Silva Júnior. É isso?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Só que é nome frio, é nome falso.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - É nome falso. Muito bem, Sr. Presidente, este ofício é datado de setembro de 2002. Então, eu gostaria de passar para a CPI, para que a gente determinasse à Polícia Federal que fizesse rápidas investigações. E aí pode ser também uma metodologia bastante usada, eu tenho absoluta certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Será providenciado, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E a última pergunta: o senhor já teve conhecimento de relações entre o tráfico de animais silvestres e o tráfico de drogas, por exemplo?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não. Infelizmente...



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Há ligações?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não. Infelizmente, todas essas pessoas que trabalham com bichos, na fauna, ninguém... Hoje existem alguns que mexem com isso. Mas eu não vou citar nomes. Agora, é muito raro, de 1%, no ramo de bichos, ter pessoas que trabalhem com drogas. Isso é uma raridade.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E em relação à madeira, tráfico de madeira?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Também não?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Passo a palavra ao Deputado Ricarte.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Eu só queria fazer uma pergunta, para saber daquela informação. Eu só queria que o senhor confirmasse, Sr. Joselito, o nome dessa pessoa que assina esse ofício para o senhor é o Sr. Juan Carlos Bujol?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - É argentino? Este que faz as encomendas é argentino.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Justo.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Que fique registrado isso aí na CPI.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Desde que, se eu tivesse interesse de voltar, jamais eu iria entregar alguém. Ele, principalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Nós esperamos, Sr. Joselito, que você continue no firme propósito de sair dessa atividade ilícita. Mas eu ainda tenho uma indagação. Neste pedido — ademais, todo ele codificado, naturalmente, a partir do animal em si até a assinatura, tudo codificado —, há uma observação: "Pará", em cima.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, não tem nada a ver com isso. Não existe. Isso é tudo feito... foi eu mesmo que fiz, não é nada com o Pará, nem outro lugar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Não tem nenhuma interligação com ninguém do Pará?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - E onde você conseguiria os macacos aqui?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Após você assumir levar essa carga, é óbvio que você tem por onde conseguir, entendeu? Eu sempre tive. Então, poderia conseguir de volta. Há três anos... isto foi agora, em setembro de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Veja bem: se você está realmente com a intenção de ajudar, de mudar de ramo, é importante que você nos esclareça se existe uma interligação do pessoal da Bahia com outros Estados, para que nós possamos tomar essas providências através do órgão investigador, que é a Polícia Federal.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, isso aí é uma coisa que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Vocês tinham relacionamento com traficantes da Amazônia para conseguir os animais, por exemplo?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, você... quando a gente está no tráfico, é aquilo que eu expliquei: quando eu estava no tráfico de bicho pequeno eu tinha contato. Após, de 94 para cá, eu passei a ter contato com o pessoal. Eu trabalhava só com arara. Então, eu saí fora de todos os contatos de quem tinha... que trabalham com outros bichos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Mas os pedidos continuaram chegando?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Esse pedido foi feito agora, após eu ter saído fora do tráfico. Ele me fez esse pedido que queria essa mercadoria. Só que eu falei para ele que eu tinha. Eu não falei que não tinha. Eu tenho a mercadoria. Inclusive, eu queria receber o meu dinheiro. Então, eu falei que tinha a mercadoria. Feito o pedido. Ele mandou, eu aceitei. Só que eu não procurei manter contato com ninguém, não me envolvi com ninguém, sem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Mas que dinheiro você queria receber? De que origem é esse dinheiro?



**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Esse dinheiro é o seguinte: eu levei uma carga de bicho para ele em fevereiro de 2000. Eu levei para ele. Foi a última viagem que eu fiz com... para o exterior. Foi essa. Eu levei arara, e deu 53 mil reais, que eu entreguei na Bolívia. E lá ele disse que me pagava com uma semana, e me deu o calote, nunca me pagou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Entregou para quem, na Bolívia?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Esse Sr. Antônio Carlos Pujol.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Que é...

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Esse aí não existe. Esse é um nome que não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Fictício?

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Juan Carlos Pujol?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Isso. Ele é quem recebe tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Muito bem. Eu solicito à Taquigrafia que faça extrair do texto do depoimento as palavras que, no calor do pronunciamento, ele pronunciou de baixo calão, que não condizem com a... certamente por desconhecimento da parte dele. Mas, de qualquer maneira, agradecemos a sua participação.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, deixe eu fazer mais uma perguntinha só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Qual foi a data em que foi feita essa visita com esse Charles Moon e essas pessoas lá na fazenda? Qual foi a data? Só para que a gente possa levantar, junto à Polícia Federal, quem são esses estrangeiros que estavam lá.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - A data, eu não tenho bem lembrança. Mas parece que foi no mês de setembro, por aí. Não lembro bem a data.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas de 2002?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não... Foi. De 2002.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - De 2002?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - De 2002.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Agora, outra pergunta: por que você está parado há três anos e recebe um fax, no final de 2002, mais ou menos, aproximadamente, de pedido, já que você já avisou a todos que estava fora do negócio?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eu nunca parei com ele, porque eu tenho esse dinheiro para receber dele. Se eu não tivesse nada a receber dele, é óbvio que eu não mantinha contato com ele.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas não parou, como? Você continua fornecendo animal para ele para receber o dinheiro?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, eu não fornecia animal. Eu não poderia parar, porque eu tinha 53 mil reais para receber dele.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas parar, como?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - De telefonar para ele. Eu ligava para ele.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não, mas você não fornecia mais animais. Você falava para ele: "Olha, eu quero os meus 53 mil reais, mas eu não forneço mais animais".

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Eu quero os meus 50 mil.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Por que o pedido chegou em 2002?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Ele fez um pedido em 2002, porque precisava dessa mercadoria. Mas eu disse que tinha essa mercadoria.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Olha só, veja se você consegue me entender: você está ligando para ele sempre, para cobrar os 53 mil.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Certo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Ligando sempre. Já falou: "Olha, eu não quero mais saber de animal, quero receber os meus 53 mil"?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, eu nunca falei.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Aí, de repente, ele te passa um pedido, em 2002, de animais.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Mas eu nunca falei para ele que eu tinha parado.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas você ficou três anos sem fornecer a ele, e ele continua te pedindo? É só para a gente esclarecer, porque tem uns pontos meio vagos, e a gente não consegue entender.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Certo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Se você vem com ele fazendo um contato constante e tal, e avisando a ele, quer dizer, não fornecendo animal, por que o pedido em 2002? Ele não faz pedido só uma vez por ano, ou de três em três anos.

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não. Geralmente, eles só fazem pedido quando eles têm pedido também. Jamais eu vou pegar, ir em Raso de Catarina, pegar cinco araras e deixar dentro de casa. Eu não faço isso. Eu só faço isso por encomenda, na época em que eu trabalhava. Então, eu ia lá, pegava as cinco araras e já sabia para quem ia passar. Então, a mesma coisa eles lá: eles jamais fazem um pedido sem não ter o frequê.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - E antes, quando você estava no tráfico, quantas vezes você fornecia por ano, para essa pessoa, os animais?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Aí varia: três meses, quatro meses.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Três meses?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Só que ele teve uns problemas lá, ele foi preso, justamente quando eu fui preso também, em 99, no aeroporto, ele também foi pego na Argentina e, com isso, ele deu uma maneirada, ele parou um pouco. Então, veio a retornar ao tráfico em 2002. E, aí, veio com esse pedido grande. E eu falei para ele que eu queria receber o meu dinheiro. Então, jamais eu poderia dizer para ele que eu estava fora do tráfico, porque, senão, ele não me pagava, como não me pagou até hoje.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Eu gostaria, Sr. Presidente, antes de encerrar, até porque as coisas estão fluindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - O Sr. Joselito relata-nos uma visita, ocorrida em setembro de 2002, com dezenove pessoas. O Sr. Juan Carlos estava no meio dessas pessoas?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E, coincidentemente, na mesma época, ele recebe esse pedido. O ofício é da mesma data, de setembro de 2002. Não é muita coincidência, Sr. Joselito?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Infelizmente, eu não posso afirmar nada. Infelizmente, veio esse pessoal. Eu levei o pessoal, mas o meu pessoal que eu tenho, que eu trabalhava com eles na Argentina, jamais, nunca me participaram nada, e nunca quiseram vir ao Brasil. Inclusive, eles não têm nem contato no Brasil, para não se envolverem.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Mas o senhor acredita que depois dessa visita essas pessoas que o senhor cita, até pela forma como se comportaram, que tinham até jeito de turistas... que não poderia ter sido em função dessa visita feita que eles tenham entrado em contato com esse Juan Carlos para depois ter sido feito o pedido, pela coincidência das datas? O senhor acha que isso é possível?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Infelizmente, eu não posso afirmar isso. Se existe, eu não sei, eu não posso afirmar. Não tenho a certeza de nada disso. Se existe algum pedido da parte do pessoal que veio visitar o Brasil, se fizeram um pedido ao Juan Carlos, não posso afirmar.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Joselito, qual a participação do Sr. Charles Moon em tudo isso, aí? O que ele faz? Por que ele foi citado várias vezes? Qual é a atividade dele no Brasil?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - O Charles Moon, como é que se diz, quando eu conheci ele, eu achei que ele... A Fundação BioBrasil, para mim, recuperava traficante. Infelizmente, eu achei. Mas, no decorrer de três anos, quando eu fiquei com dificuldades, liguei várias vezes para o Pedro Lima, para pedir dinheiro, entendeu? Liguei para o próprio Charles Moon, e ninguém me ajudou. Infelizmente, aconteceu isso. Então, não... Eu acho que Charles Moon, no Brasil, ele tem uma riqueza muito grande, que é o Raso de Catarina e, através disso, eu acho que tem algum interesse em ganhar dinheiro, não recuperar traficante. Até hoje eu nunca ouvi dizer isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - E esta empresa Real Importação e Exportação, também é fantasia?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - É tudo fantasia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - O endereço?

**O SR. JOSELITO DOS SANTOS** - Tudo fantasia. É diretamente ao México. São coisas feitas aqui no Brasil, nome falso, e é feito também no México nome falso. É um endereço que jamais alguém pode procurar, porque não vai encontrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - O senhor acha, então, que existem, na atividade de tráfico de animais silvestres, os traficantes e aqueles que são vítimas dos traficantes. Ou seja, o traficante, aquele que usa alguém que, coitado, às vezes sobreviva, e o passarinho ou a pessoa que vive no interior, e não sabe do alcance, da gravidade do fato de entregar um animal para ser negociado com o exterior. A pergunta que eu quero fazer, companheiro Ricarte, é exatamente porque eu acho que nós vamos ter que mudar essa legislação para diferenciar, nesse aspecto aí, o traficante daquele usuário cultural. Na minha região, na Amazônia, existem as pessoas que criam animais com todo o carinho, mas não são traficantes, entendeu? Então, nós temos que diferenciar, a exemplo do que há com a droga, o traficante do usuário. E até, no meu caso, dado que o montante de valores, segundo declarações extra-oficiais, alcançam 30 bilhões de dólares anuais, e o Brasil participa com 15% desse montante, eu creio que é uma atividade que não se pode apenas condenar e criminalizar. Nós temos que legitimá-la, de tal forma que nós possamos ter criatórios para poder fazer as exportações legais, na forma da lei. Do contrário, nós não vamos conseguir nada, a exemplo do IBAMA, que não consegue conter invasões em áreas indígenas para retirar madeira, não consegue evitar o contrabando do mogno e do ipê. Nós temos que ser realistas, nós temos que fazer uma legislação para a nossa realidade. Então, nós temos é que incentivar os criatórios de animais, para que possamos ter uma atividade rentável dentro da lei, e não na ilegalidade. Do contrário, nós estaremos prejudicando o País e também o ecossistema. Muito obrigado pela sua participação.

**(Não identificado)** - Aqui também há uma solicitação (*inaudível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pois não



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, devido a essa prova tão contundente, que é essa questão do tráfico, eu queria solicitar à Presidência que nós conduzíssemos o Sr. Joselito, de imediato, à Polícia Federal local, para que lá ele fosse ouvido e para que, de imediato, começasse a investigação sobre esse tráfico aí, comprovado por essa documentação. Conduzido de imediato, já começasse a ser ouvido, e começasse um trabalho de investigação paralelo à CPI pela Polícia Federal, para a gente não perder tempo. É bem recente. Tem nome de pessoas, tem pessoas citadas, tem a presença aqui. Eu não sei, eu acho que seria importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Solicito à Secretaria que providencie um ofício de encaminhamento, esclarecendo que é apenas para tomar depoimentos...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Depoimento, para que dê início imediato ao inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - E sem nenhuma coerção. Não é do nosso feitio. E, certamente, Joselito, você estará prestando um grande esclarecimento e uma grande colaboração a esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, segundo informação da Secretaria, pode ser feita verbalmente a solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Está feita, então. Deferido o pedido, peço à PF que providencie a tomada de depoimentos para a abertura de inquérito policial. Convido a tomar assento à mesa o Sr. Nelson, mais conhecido por Nelsão. *(Pausa.)* Eu quero esclarecer aos presentes que esta é uma formalidade que nós temos que adotar: convidar para que compareçam à mesa e prestem os depoimentos. Se houver necessidade, nós teremos que usar o poder coercitivo para trazê-lo sob vara, havendo a necessidade. Então, como o Sr. Nelson não está, eu peço seja reiterado o convite, para que ele seja ouvido numa outra oportunidade. Sr. Régis Ferreira.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Régis, o senhor já prestou o termo de compromisso. Gostaríamos que lesse a parte final desse compromisso para, após, então, iniciarmos o seu depoimento.



**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - A seguir, passo a palavra ao nosso Relator para as indagações.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Régis Ferreira, por quanto tempo o senhor mexeu com o tráfico de animais silvestres?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Eu mexi tem uns quatro anos, por aí. Mas não tem dessas coisas de animais também, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quer dizer, durante quatro anos ou há quatro anos atrás?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Há quatro anos atrás eu fiz... eu viajei, mas não foi essas... Aí, me acidentei e, depois... aí... depois eu comecei... e parei, estou trabalhando com a minha mãe agora, com verduras e todo esse negócio.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O seu irmão é o Carlinhos das Araras, não é?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - É, exatamente.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Ele teria afirmado que o senhor trafica qualquer tipo de bicho. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Eu não trafico. Estou parado sobre isso aí.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor... há quanto tempo o senhor deixou de praticar o tráfico?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Tem uns dois anos e pouco (*inaudível*) e também eu não quis mais saber disso, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor foi, recentemente, em Minas Gerais, pego em alguma operação?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não. O senhor está confundindo eu com outra pessoa.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - É, está certo.

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Me chamaram eu não sei nem por que, porque eu estou fora disso.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Me diga uma coisa: o senhor, nessa... quando praticou, quando fez esse tráfico de animais, o senhor vendia onde esses animais?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Vendia lá na feira mesmo, em Petrolina. Comprava um bichinho por ali e vendia...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Vendia só em Petrolina?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Só na feira, ali.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem algum patrão, tinha algum patrão, tinha alguém que pedia, lhe financiava, lhe fazia as encomendas?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não, vendia lá a qualquer pessoa que chegava.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não houve encomenda, não houve nada?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nunca houve encomenda, nunca houve nada?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor conhece o Sr. Pedro Lima?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Conheço, ele estava ali agora.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Mas, e antes?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Conheço, porque sempre ele... antigamente, ele ia lá com o Carlinhos para poder fazer pesquisa lá na ficha, para ver a região dos bichos, das araras.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor trabalhou lá quantos anos?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não, antigamente eu era quem cuidava dos bichos de Carlinhos lá, da loja dele, loja de ração, de avestruz, esses negócios lá.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Carlinhos é seu irmão?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - É.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor brigou com o Carlinhos? Está brigado com ele?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não. O senhor afirma que não foi pego recentemente traficando nenhum tipo de bicho?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Com certeza, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nem aqui, nem na Bahia, nem em Minas, nem em lugar nenhum?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Lugar nenhum.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem endereço conhecido?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Seu endereço é público, conhecido e tudo?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - É conhecido. Nunca fui pego com bicho, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor, depois, poderia deixar seu endereço com a CPI, por favor. Bem, tendo em vista que o senhor não tem nenhuma...

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não tem nenhuma passagem, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nenhuma informação extra, não tem nenhum nome que o senhor queira dar, nenhuma pessoa... não tem conhecimento de alguém que esteja fazendo esse tráfico agora? Nada?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Tendo em vista essas respostas... Inclusive, a informação que nós tínhamos aqui é a de que o senhor, recentemente, teria sido preso em Minas Gerais, no Estado de Minas Gerais.

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não. Não fui eu, não, ele está me confundindo com outra pessoa.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem. Então já que esse fato não ocorreu, e o senhor não tem nenhuma informação relevante para dar à CPI, a Relatoria não tem mais perguntas a fazer.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Régis, então toda a informação que nós temos é mentirosa? Não existe esse tipo de informação?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não, não fui eu, não. Nunca caí com bicho, não; nunca fui preso com isso, não.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Nunca foi preso, sempre deu sorte. Levava o bichinho...

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não, não é que deu sorte, é porque eu estou fora desses negócios aí, que não dá para mim, não. Sou medroso para isso aí.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O Relator perguntou se o senhor brigou com o seu irmão?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não brigou. Por que ele falou, então, que o senhor conseguia qualquer tipo de bicho?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Será que ele falou que fui eu mesmo?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Por que ele falaria isso?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não teve briga nenhuma?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor também está há três anos parado? Três anos...

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Estou acidentado, não quero nem...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Eu sei, mas há três anos também o senhor está parado, não mexe mais com animal?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não quero conversa com isso, não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Todos os traficantes estão parados há três anos. Então, tá. Eu acho que... É como o Relator falou. Então, todo mundo está há três anos parado, ninguém faz mais nada disso, você não vende bicho. Não sei nem por que está aqui. Também fico na mesma dúvida. Agora, se for feito o levantamento, nós não vamos encontrar nada contra o senhor?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Não. Eu acho que não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Tem certeza?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor sabe que o senhor está sob juramento.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Está sob juramento.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sabe que se o senhor, porventura, o que nós não desejamos de maneira nenhuma, sinceramente, estiver faltando com a verdade, o senhor pode sair daqui preso, não é?

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Então, nós vamos pedir ao senhor que aguarde mais um pouquinho. Nós vamos pedir para fazer um levantamento, para confirmar se é verdadeira a informação ou não. Se o senhor estiver mentindo, o senhor sairá daqui preso.

**O SR. REGINALDO FERREIRA LIMA** - Está certo. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Convido, para assento à mesa, o Sr. Deusari Santos Silva. *(Pausa.)* Ausente. O Sr. Orlando dos Santos. *(Pausa.)* Sr. Orlando, o senhor sabe que já assumiu um termo de compromisso de só falar a verdade.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Gostaríamos que o senhor o reiterasse fazendo este juramento.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."* Pronto a responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor há quanto tempo mexe com essa atividade ilegal do tráfico de animais silvestres?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Essa... Eu nunca mexi com isso. Eu trabalho com caminhão. Por duas vezes levei esse animais. Levei uma vez e trouxe outra. A vez que eu trouxe tinha o documento, nota fiscal, fui carimbar a nota fiscal e foi abordada no posto como uma nota falsificada.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Falsificada.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Eu não mexo com isso, nunca negocieei, não sei quem vende, não sei quem compra. Eu peguei esses dois fretezinhas, porque o negócio era difícil, eu precisava. Da primeira vez, não sabia, e, na segunda, trouxe com documento.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor, quando foi pego, o senhor foi preso?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, senhor. Eu fui dar o depoimento em Passo Fundo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - No seu depoimento, o senhor, evidentemente, disse quem o tinha contratado e para quem, para onde ia a mercadoria, isso está exposto no inquérito?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Essa mercadoria... chegou um cidadão (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Como é o nome do cidadão?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não sei, eu não tenho conhecimento. Chegou com uma mercadoria...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor ia entregar uma mercadoria. Mas aonde? Não sabe a quem ia ser entregue essa mercadoria?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Eu ia carregado com artesanato, levava essas duas caixas, que ia... O Joselito ia tomando de conta da mercadoria, não sei de quem era.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Joselito tomando de conta?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - É. E, lá, a gente... Por a mercadoria, o artesanato ter sido... o pessoal não ter tirado a nota fiscal toda da mercadoria, foi descarregado o caminhão e achado essas duas caixas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nós recebemos uma denúncia de que o senhor seria um dos responsáveis pela extinção de diversas espécies aqui na Bahia. Que o senhor, com o seu caminhão, colocou mais de 50 mil bichos fora da Bahia. O senhor nega essa acusação?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Nego, porque nunca aconteceu isso. As duas vezes que eu fui pego foi com essa mercadoria. Em minha cidade, eu vivo trabalhando com artesanato, eu trabalho com artesanato, de frete, para qualquer país que tiver...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Binho, Grilo, Joselito, Santana... Do Joselito o senhor já falou, não é?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - É, que a gente foi pego junto.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O Santana?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Nunca viajou comigo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O Grilo?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Nunca viajou comigo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o Binho?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Nunca viajou comigo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Fizeram encomenda?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Comigo não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem conhecimento de outras pessoas que fizeram esse tipo de transporte, mesmo que essas pessoas tenham feito inocentemente, sem saber que estavam transportando carga ilegal?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, eu não sei, porque se a gente que é motorista... surge uma mercadoria, que nem eu trouxe os flamengos com nota fiscal da Receita Federal e o carimbo do IBAMA, eu ganhei meu frete.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor já entregou mercadoria para o Sr. Panta?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Lá em São Paulo?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor não tem patrão, portanto?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, senhor. Trabalho autônomo, graças a Deus.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor costuma ir para Uruguaiana, no Rio Grande do Sul?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Fui muitas vezes carregado com artesanato.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Artesanato?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - É. Rede, cortina, sandália, mas eu ganhando frete, não é?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sim, esse artesanato o senhor compra e vende ou é corrida?



**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, senhor, eu ganho em frete. Eu tenho o caminhão e ganho frete disso aí. O pessoal passa para a Argentina...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E Duque de Caxias, também o senhor vai muito lá?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Já foi lá?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Rio de Janeiro, não conheço... Eu conheço de passagem. Às vezes, quando... Muito difícil eu passar no Rio.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Guarulhos?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Guarulhos, conheço porque carrego de muitas empresas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Diadema?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Transporte.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E Curitiba?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Curitiba, de passagem. Quando vou para Uruguaiana, tenho que passar em Curitiba.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, o senhor... Mais uma vez nós estamos aqui num caso em que as informações que nos foram passadas conflitam com aquilo que o senhor disse. O senhor disse que foi pego duas vezes...

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Duas vezes, no Rio Grande do Sul. Todas as duas vezes no posto...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Essas duas vezes foram as duas únicas vezes que o senhor...

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Nunca transportei...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Toda vez... As duas vezes...

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - As duas vezes que eu levei, todas as... as duas vezes, fui pego.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Foi pego. Foram essas duas únicas vezes?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Uma por inocência e a outra confiando na nota fiscal, que trazia a mercadoria com nota fiscal.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem, nessas duas vezes o senhor respondeu a inquérito na polícia, ou não?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, senhor. A gente ficou detido lá no posto fiscal. Quando o dia amanheceu, a polícia veio, nos apanhou e levou para a cidade de Erechim, a gente deu depoimento, voltei para o meu caminhão, legalizaram... o pessoal mandou o dinheiro do Rio Grande do Sul, legalizaram a mercadoria, e eu segui viagem. Lá, descarreguei e voltei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E essa foi a segunda vez, ou foi a primeira?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Essa foi a primeira vez.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E a segunda vez?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - A segunda vez foi quando vinha do Rio Grande do Sul, carregado com esse flamengos, com nota fiscal.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quando vinha do Rio Grande do Sul?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - É, do Rio Grande do Sul. Apanhei em Uruguaiana, quando eu fui carimbar a nota fiscal, aí eles alegaram que a nota era falsa.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, Sr. Presidente, é mais um caso de contradição entre as informações que nós temos e o que o depoente está dizendo. Portanto, eu repito aquilo que disse: eu não tenho mais perguntas a ser feitas. Apenas, reafirmo que se o senhor, porventura — e, mais uma vez, repito: eu não desejo, mas se o senhor estiver faltando com a verdade, o senhor poderá sair daqui preso.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Isso aí eu não tenho... não tenho esse receio de maneira alguma.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem. De minha parte, eu estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pergunto aos Deputados se desejam interrogá-lo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Deputado Luisinho, com a palavra.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Deusari, o senhor disse que entregou os animais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Orlando.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Orlando, desculpe. O senhor disse que entregou os animais em algum local no Rio Grande do Sul.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Os animais que acharam dentro da carga ficaram em Erechim.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Erechim.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - É.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - E qual foi o local que foi entregue? Foi uma residência? Como foi feita essa entrega?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Agora... Foi a polícia que levou, aí eu não sei lhe explicar para onde levaram.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - E esse da nota fiscal, que foi regularizado, aí o senhor fez a entrega oficialmente, em lugar, com essa nota.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não. Esse... O que, oficialmente, foi legalizado foi o artesanato, que eu ia para Uruguaiana. O artesanato. Os flamengos que vinham de volta, com nota fiscal, alegaram que a nota era falsa, aí veio o IBAMA, veio a Federal, levou a gente para Passo Fundo, lá eles ficaram com a mercadoria.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Você não conhece...

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Que essa mercadoria...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Ah, tá. O senhor não conhece ninguém, como o Relator falou. O senhor não tem conhecimento.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor fez isso... Deu um azar muito grande, duas vezes que fez, duas vezes foi preso, quer dizer, não era para ser traficante de bicho mesmo. Também acho que não tenho mais o que fazer pergunta ao Sr. Orlando, porque a gente fica com essa situação, assim, difícil, não é? Por que o senhor foi convocado?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Por incrível que pareça, porque ainda hoje eu mexo com caminhão. Meu trabalho é esse, de artesanato, carrego carga de



empresa, tenho (*ininteligível*), tenho abono, tenho tudo, no meu trabalho. Por incrível, a situação difícil, você bota uma mercadoria dessa...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - As cargas do senhor... O senhor apanha geralmente onde esses artesanatos?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Artesanato é saindo de Cipó.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Cipó.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Cipó.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É sempre Cipó? Você vende em que cidade?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - O artesanato sempre sai de Cipó, que tem muito comprador.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Joselito... Na verdade, todos os casos que eu vi de apreensão ligados, inclusive ao Panta, que a família dele é toda de Cipó, sempre é um caminhão de artesanato, que ali estão os animais, o tráfico de animais está embutido nos artesanatos. E o Joselito disse que lá não é a cidade, não é a capital do tráfico, não.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não. Não é...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas, pelas informações, eu acho que Cipó é a principal cidade do tráfico no Brasil.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não é, é porque sempre há carga de artesanato, sandália, cortina... Talvez haja possibilidade de colocar alguma coisa em cima da carga, entendeu? Em carga de empresa não se bota nada, porque é carga lacrada. Mas não é que o tráfico vem de lá, que o tráfico sai de lá. Quer dizer, o tráfico pode ser comprado em qualquer lugar, como diz eles lá. Agora, como foi pego com artesanato, e o artesanato é de Cipó, aí tem essa alegação.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Relator, um fato importante que o Sr. Orlando falou aqui agora para a gente é a informação que ele dá de que eles aproveitam o artesanato, porque o artesanato é mais fácil para se colocar alguma coisa em cima do que um de uma empresa. Isso é importante, para que fique registrado nos Anais, não é? Para que a CPI possa colocar isso em relatório. E peço que sejam investigados mais os carros que trafegam com o artesanato. Satisfeito, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Tenho duas perguntas apenas. O senhor disse que, da primeira vez, quando mandaram descarregar a carga, porque estava ilegal, é que descobriram as caixas com os animais.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E que o senhor transportou inocentemente, sem saber o que estava fazendo.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - O senhor transportou. Nessas caixas continham quais animais?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Aí, acho que cinco araras nas caixas, não sei se ia um mico-dourado ou era um macaco dourado, não sei.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Tinha um mico-leão dourado, tinha arara...

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Eu acho que tinha.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Quantas caixa eram?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Ah, eu não estou lembrado. Eu só lembro muito bem das cinco araras. Cinco araras que ficou...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E o senhor carregou isso sem saber o que estava carregando?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - É, porque as caixas são embrulhadas, a pessoa pensa que é qualquer bagulho de artesanato.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E esses animais fazem uma viagem dessas, daqui para o Rio Grande do Sul, sem nenhuma recomendação?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Por sinal, o Joselito ia zelando, não é? Quando fui saber, ele estava zelando. "E aí?" Ele disse: "Não, chegou negócio da (*ininteligível*). O rapaz se arrependeu lá...", e levou para lá, ou comprou lá e entregou a ele para ele tomar conta... Foi um negócio assim. Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Como é que foi? Perdão, eu não entendi.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Eu acho que ele ia tomando conta dos bichos...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Quem tomava conta?



**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - O Zelito. Ele deve ter... Acho que alguma pessoa comprou, ou entregou a ele, para ele levar.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Aí, ele viajou com o senhor...

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Ele viajou comigo.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - ...e ele foi cuidando. Que ano que foi isso?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Ah, não sei se foi 99... Deve ser no fim de 99, novembro de 99. Deve ter uns três anos, ou vai fazer quatro anos isso.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Se foi novembro de 99, já fura todo o depoimento. Porque já está fora prazo de... A questão está exatamente no período. E a segunda pergunta que eu queria fazer para o senhor... Na segunda vez que o senhor foi apreendido com a nota falsa, quantas caixas eram e que animais continham?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não... vinha... As notas fiscais constam 52 peças. Não era em caixa. Ele é um flamengo, ele é um... Acho que é da Argentina, ou da Alemanha... não sei da onde é. Eles vêm numa meia, essa meia de mulher, corta ela, que ela é muito... ele é aquecido, porque ele parece assim um frango de peru. Aí, eles vêm deitadinhos em um... Aí, quando cheguei no posto, que eu fui carimbar a nota fiscal, eles disseram no posto que aquela nota era falsa. Aí, eu não tenho conhecimento com nota fiscal, estava ganhando o meu frete. Minha obrigação é chegar no posto fiscal, e ele examinar a nota. Porque se viesse pensando em alguma treta, algum desvio, eu não teria carimbado a nota. Não parava o meu caminhão para ir carimbar a nota. O senhor vê que eu não tenho...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Orlando, só uma pergunta. Essas araras, elas estavam com esparadrapo no bico? Porque fazer uma viagem de Cipó para Uruguaiana e não ouvir o "araraaara"...! Eu estou acostumado a ouvir isso na selva da Amazônia. Aqui para nós, as suas araras são muito ensinadas.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Mas depois que o senhor deu conhecimento que vai... As araras... já está, tem de levar. Seja lá o que Deus quiser.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Então, num determinado momento, você tomou conhecimento que tinha araras lá dentro?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Um fato importante. Por quê? Depois de tomar conhecimento, tem que levar, quer dizer é uma obrigação?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Há alguma repressão contra isso?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, não, senhor. Depois que a carga... O senhor faz meia viagem, que o menino vai zelar, se você vê a arara, vai fazer o quê? Vai soltar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - É que a sua obrigação era imediatamente denunciar o fato à autoridade policial ou à autoridade ambiental. Não é? E não prosseguir sua viagem.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Mas por o senhor não ter o conhecimento, por o senhor não ter conhecimento, não tinha ao que me pronunciar. De lá para cá, sim. Achei o frete. Tem nota fiscal? Se tem, leva. Se não tiver nota fiscal, não levo. Foi por isso que fui pego no posto fiscal, porque eu fui carimbar a nota.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quantas viagens o senhor faz por ano de Cipó, ou de...?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Ah, depois que a Argentina entrou em crise, praticamente... O ano retrasado, eu dei uma viagem só; o ano passado, não fui nenhuma; este ano, não fui.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas entrou em crise o quê? O artesanato?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - O artesanato.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Ué, as pessoas já não fazem mais artesanato?

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Não, entrou em crise a vendagem lá na Argentina. Que o pessoal leva daqui para vender lá. Que a Argentina entrou naquela crise, aí, o pessoal...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Qual o tipo de transporte que o senhor faz hoje?



**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Ah, eu trabalho com carga de empresa. Qualquer empresa. Chego o senhor e me contrata para fazer um frete para o senhor, eu faço. Para qualquer lugar, qualquer tipo de carga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Orlando, nós agradecemos o seu esclarecimento, mas devemos lhe informar que o senhor continuará compromissado e, a qualquer momento, poderá ser convocado a prestar melhores esclarecimentos.

**O SR. ORLANDO DOS SANTOS** - Qualquer lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Muito obrigado. Convidamos, então, o Sr. João Batista de Santana.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Convidamos também o Sr. José Dantas de Santana, porque, sendo irmãos, acho que foi uma atividade familiar, e os dois poderão prestar em conjunto os esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Batista de Santana, o senhor vai... João Batista de Santana. O senhor vai reafirmar agora o termo que foi...

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Esse aqui? *(Ininteligível.) "Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Passo a palavra ao Deputado Relator, Zequinha Sarney.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, eu vou fazer a pergunta, e essa pergunta é sempre para os dois. Ouço um, ouço outro, rapidamente. Há quanto tempo o senhor está envolvido com o tráfico de animais silvestres?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Mais ou menos... No passado, eu trabalhei nisso, mas têm muitos anos que eu parei. Tem mais ou menos oito anos que eu parei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Oito anos. Muito bem. Você é o João Batista, não é?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - João Batista.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - José Santana, a mesma pergunta.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Tem uma porção de anos que eu fiz, parei, que eu montei um comércio. Tive um comércio de... uma... um mercado, não é? Inclusive tenho até... Quebrei, está na Justiça; foram uns oito anos de mercado, não sei. Está até agora. Depois, tinha algumas economias, comprei um caminhão. Vivo trabalhando. Aí fiz uns bicos, carregador de... carregava coco. Peguei levando uns bichinhos, ganhando o frete, depois levei uns para mim. Parei de novo. Quando é agora, um dia desses, eu fiz outros negócios desses.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Como é? Eu não entendi. Fez outro?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Fez. Outros desses.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Agora, já, há pouco tempo?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É, há uns... uns dois meses atrás.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Agora, o senhor foi pego?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, nunca fui. O delegado foi dizendo que eu fiz logo, não é?

**(Não identificado.)** - Não, só quem foram as pessoas.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - E também agora...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem um caminhão, o senhor já disse, não é?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Esse caminhão, ele tem um fundo falso para traficar animal silvestre?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, não tem não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não tem, não?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não tem, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor... Dois meses atrás, o que é que era que estava...? Qual era a mercadoria?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Era coco.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Coco?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não, mas o senhor não falou que a dois meses atrás tinha...



**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, que eu levei. Dois meses atrás levei coco e levei uns bichos.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E levou uns bichos. Para onde?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Levei para Campinas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Campinas? E o senhor tem o nome da pessoa que ficou de receber lá?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Que ia receber?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - É.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não tenho, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Ia entregar para quem esse...?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Esse coco?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - É.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Ah, o coco? Eu entreguei o coco nas barracas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E os animais? Entregou onde?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Vendi a um... Como é o nome dele? Aristides.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Aristides.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É. E o outro, deixe eu ver quem foi...

Foram dois.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Aristides, em Campinas?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Certo.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - E um de... Como é o nome dele? É...

Donizete.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Donizete?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Todos dois em Campinas?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Todos dois em Campinas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E eles têm loja lá? Loja de *pet shop*, alguma coisa?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, não têm nada disso.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Ou é alguma barraca na feira?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Parece que eles vendiam em feira.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Em feira?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E como é que o senhor fez o contato com eles? Eles ligaram?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Vendendo coco, encontrei e perguntei: "Quer uns (*ininteligível*)?" "Quero. Traga."

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Vendendo coco, eles perguntaram?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - É. "Quer uns (*ininteligível*)?" "Certo." Mas foi pouco, também. Não era coisa muita, não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O que é que era? Qual era o bicho que o senhor estava...?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Azulão e cardeal.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Azulão e cardeal. Passarinhos. E o senhor também transporta artesanato, ou não?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Transporte de vez em quando.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Vai até o Rio Grande do Sul também?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, até o Rio Grande do Sul fui uma vez, parece.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E vai mais aonde, o artesanato?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - São Paulo. Mais em São Paulo. Rio já fui.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Esses bichos que o senhor levou, o senhor comprou? O senhor comprou os bichos que levou?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Comprei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E comprou aonde?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Comprei em Caruaru, que eu vinha de Recife. Comprei em Caruaru.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Comprou de quem?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Na feira.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Na feira?



**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Na feira.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Na beira da estrada, na feira?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, na feira mesmo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Na feira. Na feira de Caruaru?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Foi. Terça-feira. Dia de terça.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Tá.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - E Garanhuns sábados. Dia de sábado.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem patrão?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor já foi pego?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Alguma vez?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor entrega...?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Quer dizer, uns quatro anos atrás, eu fiz um transporte sem ganhar nada, não é? Sem ganhar nada, sem levar nada para mim. E pegaram os caras, já em São Paulo, em Osasco. Mas eu também... eu não tinha nada meu. *(Ininteligível.)* Era com coco, também.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor entregou alguma vez já a criadouros de animais? Criadouros... criadouros de pássaros, e tudo? Já entregou animais a criadouros?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O que é que o senhor acha sobre a atuação dos nossos órgãos ambientais, e mesmo de polícia, lá em Cipó?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Rapaz, olhe, eu estou achando ótimo isso, porque em um mês no... Se eu devia, eu já... Como é... praticamente já não estou devendo, não é? Já pára com isso. Já parei, tem dois meses. Posso dizer que parei. E olhe, mais nada, mais nada mesmo. Pode confiar. Isso é que eu quero. Quero tranquilidade.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem. O senhor sabe que... O senhor confessou que praticou uma ilegalidade, agora, aqui.



**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Foi, com certeza.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Portanto, nós vamos pedir — não é, Presidente? — que o senhor também preste depoimento... Não é preso, não. Que o senhor preste depoimento à Polícia Federal, para que ela possa abrir inquérito, e a gente saber exatamente tudo. Não é?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, Dr. João Batista de Santana, o senhor tem um veículo Gol branco? Ele foi localizado em Uauá?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - É possível. É possível. No ano passado. Eu sei que passei em Uauá no ano passado, não é?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor estava com animais dentro do carro?

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO** - Sr. Relator, para pedir que ele fale mais próximo ao microfone.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Fale mais próximo do microfone.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não, não estava, de jeito nenhum.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não? O senhor já morou em Curitiba uma época?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não, eu estive em Curitiba um determinado tempo. Sempre morei... mas já estive em Curitiba, já conheço alguns Estados.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor já foi autuado pelo IBAMA?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Já, em 1985.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O quê? Hein? Não estou ouvindo.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Era pássaro miúdo, e tinha um... acho que tinha no Paraná. Foi em 1985, respondi esse processo em Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Em 1985?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Foi, em 85 ou 86.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E foi a única vez que o senhor foi autuado pelo IBAMA?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - A única vez.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor tem residência fixa?



**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não, a residência fixa minha é a casa de meu pai. Mas eu vivo mais é em viagens. Por isso mesmo, quando eu vim para cá...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor também tem caminhão, também?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não, eu trabalho com vendas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Trabalha com vendas?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Com vendas. Trabalho com artesanato, trabalho com... essas coisas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Artesanato, roupas? O senhor conhece Francisco Cortez?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não tenho a menor idéia.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor conhece Inocêncio, de Santa Rosa, no Tocantins?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não. Não tenho a menor idéia de quem possa ser.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nós temos uma informação aqui de que o senhor seria sócio do Ronaldo, de Duque de Caxias. O senhor tem alguma...?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Eu conheci Ronaldo muitos anos atrás, muitos anos atrás. Nunca mais eu vi Ronaldo. Tem anos que eu não vejo Ronaldo. Ele era caminhoneiro quando eu conheci ele. Ele trabalhava mais para o Correio, se não me falha. Isso tem anos.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Então, o senhor... o senhor consta, aqui, como uma pessoa que está envolvida no tráfico de ovos de animais. O senhor confirma isso?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Envolvido totalmente, não. Eu fiz uma tentativa...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Foi essa tentativa em que o senhor foi pego, ou foi agora, mais recentemente?



**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Foi uma tentativa, não deu certo. Depois fiz uma outra, e aí parei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Mas essas duas tentativas foram há pouco tempo, há muito tempo?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - É, essa tentativa tem pouco tempo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Pouco tempo?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - É, eu tive um convite, eu fui...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor foi pego?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não, a primeira... Mas eu não levei quase, porque não tinha na época quase nada. Depois fiz uma outra e perdi.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Perdeu?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - É, perdi, porque requer muito cuidado. Se a pessoa não tiver muito cuidado...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E, aí, quando o senhor perdeu, também em nenhuma dessas duas vezes houve apreensão, inquérito, nada?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E me diga uma coisa: por que então que o senhor... o seu nome aparece aqui? Por que o senhor foi denunciado aqui para a CPI? Qual a explicação que senhor dá para isso?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Eu não entendo o motivo. Não posso dar uma explicação porque eu não sei qual o motivo de me denunciarem, o porquê de me denunciarem. Ribamar esteve na casa de papai um ano atrás, fez várias perguntas, eu respondi. Tudo que estou falando aqui eu respondi para ele. Disse a ele que não trabalho mais com isso, há muito tempo que eu parei. Ele disse: "Santana, eu vou te pegar. Você com a boca..." Eu disse: "Jamais vão me pegar, porque eu não trabalho com isso." Por que me denunciar, eu não entendo qual o motivo. Acho que tem alguém falando demais por aí. Não sei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor tem conhecimento de pessoas que praticam o tráfico de animais?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Hoje eu não tenho. Pelo tempo que eu parei, eu posso dizer nem conheço a maioria das pessoas. Mas conheci muita



gente. A gente encontra muita gente na feira livre. Hoje em dia não, porque está tudo fechado, mas eu comprava muito e vendia em feira livre. Hoje...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor nunca... Sempre comprava em feira, quando fazia isso?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Em geral... em geral (*ininteligível*)... Podia ter alguém (*ininteligível*)...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - E o senhor não tem chefe, não tem patrão, não tem sócio...

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - (*Ininteligível.*) A gente comprava mais em feira. Às vezes, o cara tinha... em determinada feira, o cara tinha que vender, disse que ia no mercado, e ele não está ali no momento, está um pouco afastado, aí você vai e compra, mas...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Essa última vez... Nessa última vez que o senhor... que não deu certo, que o senhor quis fazer, foi agora, há pouco tempo atrás?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Foi recente.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Foi recente.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - É. Mas bicho mesmo, eu peguei uns oito, nove, e parei. Animal em geral, ave, essas coisas, foi muito pouco, e eu parei.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria também que a Polícia Federal tomasse o depoimento dele a respeito dessa ilegalidade cometida. E eu, de minha parte, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Com a palavra o Deputado Luisinho.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. José de Santana, o senhor falou aí do caso de uma apreensão em Osasco, há três anos atrás.

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Três ou quatro anos.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Três ou quatro anos. O senhor poderia me relatar como aconteceu essa apreensão, que tipo de animal o senhor tinha...?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Eu tinha levado, transportado, não é? E aí o caminhão carregado encencou, e o rapaz tirou a mercadoria... Numa casa... ele botou na casa vizinha toda a mercadoria. Daí, quando foi no outro dia, arrumei



o... Foi até problema de embreagem. Arrumei o carro. Quando estou saindo, eles estavam... Os homens chegaram, aí pegaram eles. Mas ali eu também... *(ininteligível)* meu carro, não deu problema nenhum, fui embora.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quem era esse rapaz?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Eles se chamavam Benedito Marinho e Joaquim Marinho. Também eles pararam, eles, não é?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas o senhor não foi conduzido até a delegacia?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, não. Eu não estava mais em meu carro, não é? Eu só estou contando o que aconteceu. Não estava mais.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Qual foi o tipo de ave que o senhor levou?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Só essas coisas mesmo: azulão e cardeal.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Osasco...

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Foi, em Osasco.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor teve algum contato com esse Sr. Panta, lá em São Paulo?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Não conhece?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Que vende artesanato também. Trabalha nessa área de coco, artesanato...

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Não, não sei, não.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Coco, artesanato — é a coisa que todo o mundo que está envolvido diz que trabalha. É artesanato, coco, artesanato, coco, artesanato, coco. É engraçado. A coisa tem assim... É comum. Nós fomos a São Paulo, só ouvia falar em artesanato. Vai a outro Estado, fala em artesanato. Eu não sei por quê. Não sei se é uma profissão muito fácil de... É uma forma mais fácil de transportar ou de explicar uma renda. Eu não sei por que todos estão envolvidos em artesanato. E eu cheguei...

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Eu levei mais coco. O meu mais era coco.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quando se fornece esse tipo de material, geralmente a gente conhece as pessoas a que nós vamos fornecer. Cipó, também, não é? O senhor conhece Cipó? A cidade?

**O SR. JOSÉ DANTAS DE SANTANA** - Sou de lá.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor é de lá, também? De Cipó? O senhor, Sr. João Batista, o senhor também trabalha com artesanato?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - É o seguinte: a nossa cidade de Cipó é a terra do artesanato. Eu acho que os garotos se formam, fazem o segundo grau, e como ele falou, vendem coco. Viajam para a Argentina, quando a Argentina estava paralela com o dólar, mesmo, viajavam todos (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Fale mais perto do microfone por favor.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Todos os caminhoneiros ganhavam frete levando artesanato até a fronteira da Argentina. A Argentina, com o nosso real baixo, a Argentina, paralelo, o peso paralelo com o dólar. Daí, a gente atravessava e vendia todo na Argentina. Trocava, vamos dizer assim, dois por um. Vendia mil pesos na Argentina e nós trocávamos no Brasil por dois mil reais. Todos nós... lá é um fluxo, que chegava lá no mercado, na cidade de Cipó, que cresceu um pouquinho, o primeiro serviço nosso é o artesanato (*ininteligível*). Mesmo estudando, se formando, ou filho da roça. Atualmente só não o Prefeito atual, mas já tivemos lá um prefeito que vendeu muito artesanato. (*Ininteligível*) a terra do artesanato. (*Ininteligível*) no mercado, fabrica nas suas casas, (*ininteligível*) de fabricar. A nossa vida é em torno do artesanato. (*Ininteligível*.)

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Quantos habitantes tem Cipó?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Uma faixa de 14 mil e poucos habitantes.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Nós já ouvimos mais ou menos umas quinze pessoas de Cipó, ou ligadas a Cipó, na questão do tráfico de animais.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Olhe só, é uma cidade pequena, tem feira livre, não precisa ir para fora de Cipó. Mas sempre teve feira livre de animal. (*Ininteligível*.)

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas há de convir que morador de lá não compra ave na feira de lá.



**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Como?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O morador de lá, ele não compra aves. Vai vender ave lá, se todo mundo lá pode pegar ele na mata e botar na casa dele?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - O morador de lá comprava na feira que vinha de outros Estados para vender na feira de Cipó e daí (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Fale mais perto do microfone. Eu não estou conseguindo ouvir.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não tinha emprego na cidade. Aliás, não tem emprego. A cidade é pequena. A agricultura é devagar. É artesanato ou animais, como tinha na época. Hoje, já acabou, acho, a feira de lá. (*Ininteligível.*)

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - As pessoas vinham de fora à feira de Cipó comprar animais, na feira de Cipó. É isso?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Animais e artesanato.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Animais e artesanato. Mas o animal era vendido na feira de Cipó e era comprado por pessoas de fora de Cipó. Porque Cipó, com 14 mil pessoas, quer dizer, em um ano já tinha abastecido todo o mundo com as aves, que eu ouvi falar aqui em 20 mil papagaios.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - O artesanato fabrica direto.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O artesanato é outra questão. Mas nós não estamos investigando artesanato. O artesanato... a gente só está colocando a questão do artesanato...

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - A ave...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. João, olha só, nós só estamos colocando a questão do artesanato para que a gente posicione que há uma coincidência muito grande nessa questão do artesanato. Por quê? O artesanato é de Cipó; então, a melhor maneira de você tirar, e como Cipó é uma grande área de tráfico, a maneira mais fácil de tirar é junto. E a única coisa que ele produz é o artesanato, então sai no artesanato. Então, todas as pessoas que estão envolvidas estão no artesanato

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não, mas o tráfico que falam de Cipó (*ininteligível*), mas era passarinho (*ininteligível*), cardeal (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Fale mais perto do microfone, por favor.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Tudo bobagem, tudo passarozinho.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas aquele azulão, aquele cardeal faz parte da nossa natureza.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Sim, faz parte da natureza, mas eu acredito que o pessoal...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Tem muitos deles em extinção devido a essa porcariazinha, que um vai lá e tira um pouquinho. Então, eu acho que o que aconteceu é um fato muito interessante: a pessoa ia a Cipó, não tinha outra coisa para trazer, trazia o artesanato e trazia ali as aves. Quando ele chega na cidade dele, ele vira vendedor de artesanato, porque já trouxe o artesanato junto, mas o mercado dele principal é o tráfico de animais. Onde nós encontramos aí, todos estão trabalhando assim. Então eu acho que isso... é bom para o nosso Relator colocar isso, para que seja investigado nessa linha. O artesanato é para esconder, na verdade, a retirada de animais da natureza em Cipó. Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Com a palavra o Deputado Ricarte.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Sr. João, o que não ficou bem esclarecido é... Esses ovos, que tipo de ovos que eram, e como o senhor os conseguia? Como é que identificava isso? Como eles eram conseguidos?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - (*Intervenção ininteligível.*)

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Por favor, o senhor fale mais perto do microfone. Pode levantar um pouquinho o microfone.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Quando eu trabalhei com (*ininteligível*) tráfico de animais — nem admito essa palavra, eu acho tão feia... Quando eu trabalhava com isso, eu conheci algumas pessoas (*ininteligível*) isso, vamos dizer assim, eu tive a facilidade de chegar até as pessoas que conseguiam essa mercadoria. Fiz uma tentativa. Não deu certo.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Mas que tipo de ovos que eram?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Ovos (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Como?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Ovos de tucanos, vamos dizer assim.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Só tucanos?



**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Tinha de papagaio também, mas só que papagaio não tinha preço, valor. O de tucano (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Araras?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Arara? Eu não sei mais ou menos (*ininteligível*) para uma pessoa conseguir.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E essas pessoas?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - (*Ininteligível*) não compensa.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Esses contatos, essas pessoas que o senhor conheceu? Já estão perfeitamente identificadas?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Como assim?

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - O senhor sabe quem são?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não. (*Ininteligível*) eu conheço alguns até hoje, mas...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Quem são essas pessoas?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - (*Ininteligível*) cada um deles (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Mas desses que o senhor lembra?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Pedro, João. (*Ininteligível*.)

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Como?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Você conhece hoje, pode se conhecer esse rapaz hoje, mas (*ininteligível*) informação. Mas ter que dar o nome...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Como?

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Você conhece hoje (*ininteligível*) informação. Mas ter que dar o nome (*ininteligível*) hipótese (*ininteligível*) mas amanhã eu já não sei mais quem é essa pessoa. Se eu continuo naquele trabalho, eu vou, hoje e amanhã, eu vou gravando o nome dele. Mas é muito difícil.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Quer dizer, então, que o senhor não lembra mais os nomes, esses contatos que o senhor fez.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Não. Eu não posso lembrar do nome porque as pessoas... eu não tenho, assim, contato direto. Com é que chama aquele



menino? Fulano de tal. Dá para fazer isso? Dá? Tenta. Depois se esquece. Quando você está na ativa, no trabalho direto, você grava tudo.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Está certo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Agradecemos a presença aos dois depoentes e voltamos a alertá-los de que eles continuarão à disposição para os depoimentos a serem tomados na polícia, sem nenhuma coerção; pelo contrário, com toda liberdade. Sintam-se à vontade para declarar, e certamente estarão prestando uma colaboração à nossa Comissão. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO BATISTA DE SANTANA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Convidamos dois servidores... *(Pausa.)* Convidamos os dois servidores do IBAMA, Gilda de Almeida Forte, de Salvador, e Edilson Pereira dos Santos, de Barreiras. *(Pausa.)* Solicitamos que os dois depoentes façam o juramento. Já firmaram o termo de compromisso, mas façam a parte final do juramento. Podem fazer até em conjunto.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - *"Faço, sob palavra de honra..."*

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - No microfone, por favor.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Obrigada. *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade sobre do que souber e me for perguntado."*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Dona Gilda, qual o seu setor no IBAMA?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Cadastro.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Há quanto tempo a senhora trabalha com a distribuição de ATPF?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Com distribuição de ATPF deve ter mais ou menos um ano. Foi exatamente... Nós trabalhávamos antes e, no caso, não era eu. Era um outro companheiro que... ele foi transferido para o interior. E, depois disso, como não tinha ninguém no setor... porque a ATPF pertence à DICO, e eu



trabalho no setor de cadastro. Mas aí não teve ninguém; como nós já estávamos ali, nós fomos ficando, e até setembro, 19 de setembro de 2001, a gente trabalhava com RET, que é o Regime Especial de Transporte para madeira cerrada. A ATPF, ela só acobertava, na época, quem trabalhasse com toras. Em 19 de setembro, até a data atual, ainda estamos trabalhando com ATPF para madeira cerrada também. Então é exatamente dessa época que eu estou trabalhando, de 19 de setembro para cá, que antes era o Regime Especial de Transporte.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - A senhora vê alguma ligação entre possíveis desvios de ATPFs e o incêndio que ocorreu no Setor de Fiscalização?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não. A senhora tem conhecimento de desvio de ATPFs?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nem rotineiramente?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não. Às vezes, assim, o pessoal liga de outros Estados, perguntando: essa ATPF é daí? E a gente vai buscar, porque nós temos tudo lá, inclusive à disposição de todas as pessoas que por acaso quiserem ver. Então, a gente vai buscar, se foi daqui. Se não foi daqui, a gente também fala que não foi daqui. Mas se foi daqui, nós temos as fichas, temos as pastas de cada pessoa, com o relatório de cada um, a data que ele recebeu, a seqüência que ele recebeu, o que ele nos devolveu, quanto nos devolveu; nós temos tudo isso lá. Então, às vezes, quando eles nos ligam, a gente vai buscar; se foi daqui, a gente diz: "Foi daqui"; quando não foi, a gente diz: "Não foi deste Estado". Ficou respondido?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Ficou. Mas me diga uma coisa: por exemplo, se ligam lá do Estado do nosso querido Presidente aqui, do Pará, dizendo que tem uma ATPF daqui da Bahia...

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Hã?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Qual é o procedimento, no caso? A senhora vai ver e dizer: "Essa ATPF é válida, não é válida", é isso?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - É, sim. Aí então a gente vê o período de validade. Se eu soubesse disso teria trazido inclusive uma para que vocês aqui...



Porque eu não sabia mais ou menos o que eu vinha fazer; então, se eu soubesse, tinha trazido inclusive pastas de algumas pessoas, para que vocês vissem bem mais de perto. Tem um período de validade; a ATPF vale por três meses, mas como tivemos um período em que faltou ATPF, na época em que foi queimado, aí essas ATPFs, quando elas estavam vencendo, a gente revalidava por mais três meses. Batia a data da revalidação e o carimbo de quem fez a revalidação, com a assinatura da gente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Perfeito. Nosso amigo Edilson Pereira dos Santos, qual o setor do IBAMA em que o senhor trabalha?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Há dois anos que estou trabalhando no IBAMA em Barreiras, na parte de ATPF.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Há dois anos?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Trabalho na parte de ATPF e trabalho também... Eu saio em campo para fiscalizar, trabalho na fiscalização também.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - O senhor tem conhecimento de desvios de ATPFs?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Lá dentro do IBAMA de Barreiras, não. Tem o pessoal... sempre a gente recebe fax do Pará, do Amazonas, eles mandam fax dizendo que foi (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - E o senhor acredita que essas ATPFs que, por exemplo, são detectadas como falsas, elas são cópias? Elas têm origem, assim... A ilegalidade delas, ela tem a participação de funcionários de órgãos públicos, do IBAMA, no caso?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Olhe, durante estes dois anos, nunca nem ouvi dizer que há ATPFs falsas. O que pode acontecer com a ATPF é o seguinte: quando se fornece a ATPF para as pessoas transportarem para uma determinada fazenda, ele pode ser um desvio da ATPF, porque aí falta botar a fiscalização, não é? Sempre a gente fala: se a fiscalização estiver mais atenta... Agora, a falsa, na Bahia, eu nunca ouvi falar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - O senhor conhece Dilermando Mendes Farias?



**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Sei quem é, procurador de algumas empresas de Minas Gerais, que trabalha em Barreiras.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Ele foi denunciado como o maior lavador de ATPF da Bahia. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Não. Ele trabalha com... em Barreiras agora está entrando essa empresa de Minas Gerais, tem a... na faixa de umas vinte empresas, que pegam carvão na Bahia. E esse Dilermando tem uma empresa que presta serviço a várias empresas dessas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Já houve...

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Então, ele pega várias ATPFs, para várias empresas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Certo. Já houve sumiço de ATPF no escritório lá de Barreiras?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Não, em Barreiras não houve nenhum sumiço, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Foi o seu ex-chefe que foi recentemente exonerado?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Por quê?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Olhe, sinceramente, eu não sei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Mas...

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Chegou um diretor lá do IBAMA, fez uma visita lá, e disse que ia exonerar ele...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Mas à boca pequena assim, nas repartições, a gente conhece as coisas.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Particularmente eu não sei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - E ninguém comentou nada por que ele tinha sido demitido?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Não, não. Porque foi demitido, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Muito bem. A senhora conhece Ana Célia Coutinho Machado, de Bom Jesus da Lapa?



**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Mais conhecida como Chinha?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Conhece?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Mas ela não pega material para (*ininteligível*), não, porque ela trabalha com tarja preta... Estou tentando, não sei se estou sendo correta ao fazer isso ou não, só quero que você me digam. Ela trabalha com a ATPF tarja preta. A ATPF tarja preta, ela acoberta carvão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Perfeito.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Nós só temos duas empresas que trabalham com carvão, em Morro do Chapéu, e uma que entrou agora, mas que (*ininteligível*) Bom Jesus da Lapa. Nós não temos... ela não trabalha com a gente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - A denúncia que nós recebemos aqui é que essa senhora teria dois mil fornos queimando lenha nativa...

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não sei, porque é de região de Bom Jesus da Lapa...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - ...para produção de carvão, lógico.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - ...e a gente só trabalha aqui mesmo, na microrregião daqui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Mas a senhora nunca... ela nunca lhe pediu favores?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Nada (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Nada, nada. E a senhora... e Simone Cabral do Monte?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não, Simone Belmonte...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Belmonte.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Ela é procuradora de algumas empresas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Certo.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Simone Belmonte.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ SARNEY** - Sim. E qual é o relacionamento dela com o IBAMA, institucionalmente?



**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não, depois de tantos anos que trabalham, todo o mundo é cordial. Chega, todos os dias ela vai buscar... Eu não sei se eu posso adiantar, e inclusive falar para vocês como é esse processo, até que eles recebam as ATPFs. Posso?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Mas não é necessário. A gente já sabe mais ou menos. É só...

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Para deixar claro, porque depois... Esse negócio...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - É. Bem, eu pergunto aos dois. Agora, aos dois. Eu quero dizer a primeira coisa aos dois, e a todos aqui que estão participando, que nós não temos nada de pessoal, nem...

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não, eu sei disso.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Meu desejo é resolver. Eu não tenho realmente nada... O trabalho de alguns de vocês já foi auditado pelo IBAMA?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Não. O meu, não.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Olha, o meu não foi auditado. Existia uma equipe agora em setembro, uma equipe de Brasília, que veio para aí e fez um trabalho, três engenheiros. Fez um trabalho, olhou todo o serviço, fez algumas recomendações, entendeu? Inclusive, quando... desde que eu assumi esse setor, ele foi todo... coloquei todas as fichas, porque era feito na ficha manual; eu coloquei tudo no computador, as fichas, e faço no computador. E tem os livros de controles, não é? Tem uma ficha onde as pessoas...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Esse relatório já está pronto, da auditoria, dessa espécie de auditoria?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Está, sim, pronto. Já está pronto.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Já está pronto?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Está pronto. Não foi uma auditoria.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não foi uma auditoria.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Eles mandaram algumas recomendações.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Podia mandar depois para a gente, o quanto antes, por favor.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Posso, sim.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Eu posso falar?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Pode. Espere aí, deixe eu só fazer mais uma pergunta, porque essas perguntas foram feitas pela Assessoria nossa, aqui, de toda a Comissão. Como foi o sumiço de ATPFs no Escritório Regional de Vitória da Conquista? Algum comentário? Eu queria perguntar se alguém sabe alguma coisa.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Eu não sei.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Não tenho nada a comentar.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Eu só soube, através de informação, que tinha acontecido um assalto e lá descobriram algumas ATPFs. Eu não sei quais foram. Agora, o senhor perguntou se a gente foi auditado. Eu não fui auditada em momento algum. Nós agora fizemos um levantamento de todas as ATPFs que foram entregues no ano de 2000, que foi uma solicitação feita pelo Gambá. Essas nós já entregamos, e parece que já foi para o Ministério Público. Nós já levantamos todas as ATPFs, a série, a quem foi entregue, quanto foi entregue. E, na época, eu inclusive pedi que se alguém do Gambá pudesse chegar até a gente... Até porque a gente informa para vocês; numa oportunidade que vocês tiverem, podem se sentir à vontade, que a gente também está à disposição de vocês, para que a gente explique como é que é feito. Através de que é que a gente entrega essas ATPFs? Através de um documento; eles nos solicitam, a gente pede para eles que nos comprovem que eles têm realmente isso, eles mandam através da ATPF e a gente entrega dessa mesma forma. Temos o movimento de todas as empresas, isso é o que nós temos, porque nós trabalhamos com o papel. Existe uma outra história, é a gente trabalhar com papel, e existe uma fiscalização lá fora. Infelizmente, a gente sabe que o IBAMA é um órgão que não tem fiscalização suficiente para agüentar tudo isso.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eu, de minha parte, Sr. Presidente, estou satisfeito com as respostas aí dadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Passo a palavra ao Deputado Ricarte.



**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - D. Gilda e Sr. Edilson, o processo de entrada para o setor madeireiro... Ao entrar com o projeto de manejo ou autorização de desmate que gera as ATPFs, qual o período, qual é o tempo que leva normalmente, no seu departamento e no seu, da entrada do pedido da ATPF para o fornecimento das mesmas? E, mesmo naqueles projetos em andamento, à medida que vai terminando a ATPF do produtor e ele tem que fazer a renovação dos pedidos, qual é o tempo que leva para ser entregue essa ATPF?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Olha, no caso de Barreiras, funciona o seguinte: lá a gerência tem... Ele entra primeiro com o pedido de desmatamento da área, ou com o plano de manejo. Após essa aprovação por um engenheiro — passa por uma vistoria técnica —, passa para o setor, o chefe do escritório; ele dá o o.k., e isso vai para... Ele pega essa autorização de desmate, ou de manejo florestal, e com isso ele faz uma DVF, uma Declaração de Venda Florestal, para quem... para a indústria, ou para quem de direito dele. Certo? Com essa documentação em mãos, ele dá entrada lá e pede a ATPF. Nós não fornecemos, assim, uma quantidade de ATPF... Fazemos mensal, lá. Lá nós pegamos... ultimamente se deve estar fornecendo na faixa de dez a vinte ATPFs. Então, depende da potência de cada um. Inclusive a gente está pedindo... como não tem muita fiscalização na área, a gente pede para eles fazerem uma declaração dizendo quantos fornos ele tem. Dentro do possível, a fiscalização vai lá e visita os fornos. Certo?

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Mas o senhor não me respondeu o que eu perguntei: quanto tempo leva do pedido de entrada até o fornecimento da ATPF para que ela seja entregue?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Na faixa de 24 horas.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Na faixa de 24 horas?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Isso. Dependendo de se a fiscalização vai no campo ou não. Se for no campo...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Em a fiscalização não indo ao campo?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Aí, dentro de 24 horas o chefe dá o o.k.



**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Não, se ela não for no campo, se faltar fiscal.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Dentro de 24 horas ele fornece.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Quer dizer, sem vistoria, vocês fornecem?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Não, porque ele vai pegando por mês.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Então, mas eu estou dizendo: o cara que entra com projeto novo de manejo?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Ah, sim, aí só a partir da vistoria no campo.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E aí quanto tempo leva, normalmente, essa vistoria e esse período?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Olhe, uma semana; geralmente mais. Agora, quando é para fazer a vistoria, em Barreiras tem um problema. É o seguinte: Barreiras tem mais de mil processos de desmatamento para serem vistoriados.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E esses processos de desmatamento...

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Eles estão parados.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Estão parados e estão sendo fornecidas ATPFs assim mesmo, ou não?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Não; para esses, não.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Tá. E se não está sendo fornecido, como é que essas pessoas estão lidando com essa madeira dentro da propriedade?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Só para as que foram autorizadas. Teoricamente, esses que estão parados não estão desmatando.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Pois, não, D. Gilda, por favor.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - E quando há autorização, quando eles autorizam, já vem para a gente tudo pronto, o que é que foi feito. No caso do setor da gente, que a gente não trabalha com carvão, não é? Então nós trabalhamos



com madeira. Então, quando vinha... Porque já tem mais de um ano que está suspensa a autorização do desmate; nós temos algumas, duas autorizações que vieram do DDF. Não foi autorizado pelo IBAMA. Nós recebemos a autorização. Foi feita a vistoria pelo DDF; depois disto, vai para o setor técnico. O setor técnico envia para a gente já a autorização batida. Com essa autorização em mãos, as espécies que eles podem tirar, aí é que a gente vai liberando, à medida que eles vão tirando. A gente não libera tudo de uma vez.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Sim, perfeito, mas eu quero saber exatamente... Esse procedimento está correto. Eu quero saber qual é o tempo da entrada até o tempo da saída, porque vai... Está identificado.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - O tempo da entrada com o pedido?

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - O grande problema é que tem mais de mil processos parados, o que significa que, se teoricamente não está havendo desmate, na prática ele continua da mesma forma.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Mas tem...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E...

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Mas tem alguns... mas tem uns cem processos que estão em evidência, estão andando.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E mil parados.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Mais de cem processos que estão andando.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Tem cem andando e mil parados.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - O problema de Barreiras é o seguinte: o problema de Barreiras é que é uma fronteira agrícola; então, tem muitos processos desses que estão parados que são dos Gerais. Nos Gerais eles praticamente não tiram madeira. Nos Gerais, praticamente é para plantar... plantio de soja; então, eles não tiram madeira lá. A madeira é mais...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Desses mil, quantos são dos Gerais?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Ah, não dá para eu fazer uma previsão, mas a maior parte desses que estão parados são dos Gerais. Até mesmo



porque veio uma equipe de Brasília lá em Barreiras, agora, uma equipe que tinha uns dez engenheiros fazendo esses processos, eles davam prioridade aos processos de pessoas que iam tirar carvão e madeira.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Agora eu posso falar?

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Pode.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Bem, aqui para a gente, em toros, só tem essas duas empresas que estavam fornecendo, que foram liberadas pelo DDF. E aí eles nos pedem de madeira cerrada. Foi isso que eu falei. E quando eles chegam, todas as empresas que vêm de Eunápolis, daí ou de onde venham, os pequenos nos pedem de madeira cerrada. Nós pedimos... Então, o que é que a gente pede? Nós vamos pedir para ele um comprovante de que ele realmente tem essa madeira. Eles nos mandam ATPF do Pará, e a gente recebe ATPF do Pará. Se ela é legal ou não a gente não pode falar, porque, como eu disse para você, nós trabalhamos com papel. Então, a gente não pode fiscalizar. Existe um outro setor que faz isso. a nossa função é essa: receber o papel. Ele mandou para a gente a ATPF, a nota fiscal. E não é só o setor que ela libera; passa pelo meu setor, que é o cadastro; eu tiro a ficha da empresa que foi registrada; depois a gente passa para o setor financeiro, para ver se ele tem algum débito; depois vai para um outro setor, que é o do CADIN; depois disso é que vai para a pessoa responsável pela fiscalização, para liberar o que ela achar que pode. Às vezes, ela ainda pede: "não pode ser liberado porque faltou um relatório, porque faltou comprovante". E tudo isso a gente providencia, deixando muito claro que nós nos baseamos em papel. Quando a gente desconfia muito de uma empresa, a gente pede que o fiscal ou o servidor que trabalha perto vá lá e faça um levantamento de todo esse material e nos envie um relatório. Isso não é muito comum, porque, como a gente pede: o que você precisar? Vai precisar de ATPF comprovando, de nota fiscal comprovando, de não ter débito junto ao IBAMA nem CADIN, e ser cadastrado junto ao IBAMA. Essa é a solicitação que a gente faz. Foi assim que nos ensinaram, e é assim que a gente faz.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Sr. Edilson, o senhor conhece Gilson Matos?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Gilson...?

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Matos.



**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Gilson Matos? Olhe, parece que ele... Gilson? Tem um Gilson lá do PHV do carvão, mas Matos... me parece que não é Matos.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - É todo o pessoal de carvão, de carvão.

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - É, Gilson... passou o nome dele aqui, mas é Gilson...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Qual é a situação dele hoje?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Ele tem um desmatamento no qual ele tira... ele tira carvão. Tem dois desmates. Ele tira... ele tira carvão, e inclusive já foi vistoriado. No mês passado foi vistoriado por uma equipe que esteve aí, de Brasília, vistoriou, foi lá, viu. Ele me parece que tem cento e poucos fornos nessa fazenda. Eu digo assim, mas me parece que é cento e poucos fornos; eu tenho lá um documento que diz quantos fornos ele tem. E ele está pegando a ATPF para transportar.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - E o Sr. Ênio Cardoso Penalva?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Ele é procurador de uma empresa, parece que é da Itasider. Itasider, de Minas Gerais. A Itasider tem umas cinco autorizações de desmatamento em vigência. Ela faz reposição através de cartas de crédito que vêm de Brasília. São desmates, não são manejos o que ela faz.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Lourivaldo Almeida?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Lourivaldo...

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Lourivaldo Almeida?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Também trabalha com ele, é o procurador da Itasider.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Trabalha junto com ele?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Junto com ele.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Aílton José da Silva?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Aílton é procurador da Citygusa. Citygusa. Eles têm um desmatamento na região de... na região de Correntina. A



Citygusa tem um projeto lá na região de Correntina, e ele trabalha... a reposição deles é através de (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Mas é desmate também?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - É desmate também.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Carlos Fonseca?

**O SR. EDILSON PEREIRA DOS SANTOS** - Carlos Fonseca... Assim, pelo nome, eu não me lembro.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Me dou por satisfeito, Sr. Presidente. Continuo cada vez mais acreditando que nós precisamos continuar esse trabalho depois, principalmente com essa relação aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Cada vez mais se aprofunda a tese de que a gente tem que se aprofundar cada vez mais. Eu quero fazer uma indagação, especialmente ao Edilson, aqui de Barreiras. É certo que vocês lidam só com ATPFs, ou seja, com os papéis. Quando vocês expedem essas ATPFs é porque, hipoteticamente, foi feito um projeto de manejo, ou um pedido de desmate, houve a vistoria no campo, houve... vejam bem, houve todo aquele procedimento no campo, e chegam vocês, já tudo certinho, para vocês expedirem as ATPFs. Logo, eu acho que nós estamos buscando a fonte que não é a verdadeira. Quer dizer, eles aqui fazem apenas expedir. Nós teríamos que procurar mais o pessoal de campo, porque certamente há um conluio aí, nesse trabalho de campo com as empresas. Eu costumo dizer e vou repetir aqui: hoje, projeto de remanejamento florestal é o madeireiro tentando enganar o IBAMA e o IBAMA tentando enganar o madeireiro. Na minha região, os projetos de manejo são feitos para uma determinada área — pelo menos é o que consta no documento —, mas o mogno é extraído da área indígena, ou extraído de outras áreas. Então, nós temos que ser mais realistas, sabe? Nós temos que criar uma legislação que atenda à nossa realidade verdadeira, e não à utopia dos nossos sonhos. E o que está havendo hoje, infelizmente, é uma legislação totalmente fora da realidade brasileira, facilitando tudo isso que nós estamos vendo, em detrimento do Brasil e até do mundo. Então, eu quero agradecer a presença aos dois servidores do IBAMA, mas antes uma pergunta que eu costumo fazer sempre: vocês estão satisfeitos com a estruturação atual do IBAMA?



**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Ah, isso é o que eu ia dizer. Eu posso responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pode.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTE** - Eu acho o seguinte: que nós temos um trabalho meio complicado. A gente nunca, até hoje, preocupou em fazer o trabalho educativo, em ter um projeto de um trabalho educativo. É o prevenir para não adoecer. Eu digo isso porque eu vim de outros órgãos. Quando a gente fez esse trabalho educativo, com organização de grupo, a gente jamais puniu, porque a gente educou. Então, eu acho que é esse o nosso papel dentro do IBAMA, como educador, e não como repressor, nem como órgão arrecadador. A gente... Eu acho que existe ainda uma preocupação de alguns servidores do IBAMA em arrecadar. Eu acho que essa não é nossa função. No dia em que a gente começar a trabalhar voltados para o processo educativo, eu acho que todos nós vamos nos descobrir dentro dele e, cada um de nós, nos educando, a gente vai ter um prazer sem repressão.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** - Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Vou perguntar, fazer mais uma pergunta: você tem noção de quantos mil autos de infração o IBAMA já lavrou desde a nova lei de crimes ambientais no Brasil e na Bahia?

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTES** - Eu não sei, porque eu não trabalho na fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Tudo bem, mas aí ninguém, Sr. Relator, ninguém, nem o Diretor de Fiscalização do IBAMA que esteve depondo, ninguém do IBAMA sabe informar.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTES** - Mas sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Na realidade, são milhares de autos inócuos, porque pegam um pobre lavrador, que é vítima desse sistema, e multam em 52 mil reais, quando ele não ganha um salário mínimo, às vezes. Então, é totalmente irreal.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTES** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - A proposta que nós estamos discutindo — e eu gostaria de ouvir os segmentos — é de mudar a



legislação de crimes ambientais, em que a pena principal não seja a privativa de liberdade, porque nós teríamos hoje todos os presídios cheios de criminosos ambientalistas se transformando em PhD no crime, porque o nosso sistema penitenciário é uma universidade do crime. Eu acho que nós temos que ir para o lado verdadeiro e social: vamos fazer a recuperação do meio ambiente, fazer com que a pena principal seja a recuperação do meio ambiente degradado. E, a partir das reincidências, aí, sim, a pena privativa de liberdade. É uma imagem que eu deixo à consideração da sociedade, através também das ONGs e do próprio IBAMA, que está aqui representado.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTES** - Eu acho também que falta na gente a gente atrelar (*ininteligível*) todo o mundo junto. Não é trabalhar: "Este é o meu setor, esse é o outro setor", e a gente passar por esse momento e não saber dar uma informação, o que seria necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu acho interessante, dá licença, é que o INCRA, quando recebe qualquer tipo de recursos... Não vai para o INCRA, vai para o Tesouro Nacional. Ora, o IBAMA engloba três atividades: uma delas, arrecadadora, e a outra delas, repressora. É terrível, é um poder em que... Antigamente, quando havia o IBDF, havia o tal de Fundão — não sei se você lembra disso —, em que todos que se envolviam na atividade madeireira tinham que descontar um percentual para esse Fundão. Esse Fundão era igual à concessão daquela música: "ninguém sabe, ninguém viu", porque o objetivo era o de reflorestar com essas verbas do Fundão, e eu não conheço nenhum reflorestamento feito por essas verbas do Fundão. Então, eu acho que estou satisfeito com os depoimentos de vocês e peço permissão para chamar o próximo depoente.

**A SRA. GILDA DE ALMEIDA FORTES** - Quero deixar claro que nós estamos à disposição de vocês. Para o que vocês precisarem, a gente está aqui, a gente é servidor e estamos aqui para servir todo esse povo da Bahia, essa comunidade.

**(Não identificado)** - Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu queria convidar a Sra. Maria Conceição Santana Pires. (*Pausa.*) Dona Conceição, solicito que a senhora proceda ao juramento.



**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - "*Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.*"

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu consultaria os meus ilustres pares se haveria necessidade de ouvi-la. Ela é também servidora do IBAMA. Acho que nós já tivemos aqui a oitiva do gerente-regional e dos servidores, e eu não sei se vocês poderiam dispensá-la. A senhora trata... lida com o quê? Fauna?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Eu sou da área de fauna.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Ah, não. Então é outra área.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Vamos ser bem breves. Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar uma certa preocupação, antes de entrar nesse mérito aqui, com aquilo que eu ouvi há poucos minutos atrás. Quer dizer, nós estamos... a Bahia hoje tem de Mata Atlântica menos de 4%, em torno de 3,7%. Grande parte dessa Mata Atlântica, diria quase a totalidade, está sob áreas de proteção, unidades de conservação, ou particulares ou públicas. Então, Dr. José Guilherme — e é importante até o senhor estar aqui —, o senhor está aqui por uma... não precisaria mais estar aqui, mas pelo seu interesse e tudo, mas isso é importante, até porque a gente... Deixou-me um pouco perplexo saber que nós estamos dando ATPFs de carvão. E esse carvão é feito de quê? E essa madeira que faz o carvão vem de onde, se os planos de manejo estão todos proibidos?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sim, mas mesmo assim, a caatinga, que já tem uma vegetação escassa, difícil, agora está sendo fornecedora de carvão.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bom, estou só dizendo, quero levantar essa questão aqui, acho que nós devemos — inclusive o próprio IBAMA —, nós devemos levar essa questão muito a sério, porque o que tem se visto, esses carvões que servem para as guserias, essas guserias são verdadeiras produtoras de desertos. E, pior, se a gente dissesse que isso é feito para promover uma distribuição social, para melhorar a qualidade de vida daquela gente miserável que mora naquelas regiões... Recentemente, passei por Barreiras, eu mesmo dirigindo,



vim de Barreiras até Lençóis, e pude ver a situação de penúria que vive esse pessoal. Então, nada disso serve para melhorar as condições de vida do povo que vive naquela região. Então, essa é uma questão que nós temos que pensar seriamente, e temos inclusive que rever essa questão do carvão.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Espera aí, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - Só ficam falando da Mata Atlântica, da Mata Atlântica. Nós temos a região da caatinga, nós temos o Irecê, onde o pessoal está morrendo de fome *(inaudível)*. Não ia ninguém *(inaudível)*. Por que a gente não faz um trabalho lá, por que a gente só está preocupado...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Vamos começar esse trabalho. Muito bem. Então, vamos trabalhar agora. Dona Maria Conceição, em setembro de 2002, a senhora enviou um documento a um gerente do IBAMA da Bahia, onde condena a atitude da direção da CINTREL, é isso?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - CENTREL.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - CENTREL, em não liberar aves a criadouros registrados, conforme solicitação do seu núcleo. A senhora poderia comentar esse assunto aqui para a Comissão rapidamente?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Todos os animais que são dirigidos aos centros de triagem, que é o caso da CENTREL, que é um centro de triagem em convênio com o IBAMA, são animais apreendidos ou entregues ao IBAMA espontaneamente, que têm uma destinação prioritária por determinação do IBAMA. E, como são animais, na grande maioria, provenientes de criadouros domésticos, com longo tempo de amansamento, a recomendação técnica é que esses animais prioritariamente sejam destinados a criadouros registrados no IBAMA para produzir animais legais, para tentar impedir o tráfico. Esse é um dos objetivos. E a CENTREL hoje, o centro de triagem da CENTREL, detém um grande número de animais, araras, papagaios, uma quantidade muito grande, a gente tem relatório atual, e o IBAMA não está tecnicamente, a área técnica não está conseguindo que esses animais sejam destinados para os criadouros existentes no Brasil, inclusive que solicitam para a gente. Esse documento foi encaminhado ao gerente,



solicitando, dizendo da nossa insatisfação e pedindo algumas providências, mais ou menos por aí.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - No caso, então, é de se supor que essas aves não estariam, não poderiam mais ser soltas na natureza, porque não teriam condições de...

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Tecnicamente, não se recomenda que elas sejam soltas, porque são animais amansados, são animais provenientes de criadouros domésticos, que, provavelmente, possivelmente, devem estar absolutamente contaminados, doentes, são animais que não conhecem mais o seu inimigo, eles estão acostumados com o homem. A gente faz isso, e um animal daquele vem para um homem. São animais que não conhecem, não sabem como buscar alimento na natureza, são animais acostumados à vida.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Alguns deles.

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - A grande maioria.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Mas justamente esses centros são para reabilitar os animais, para que eles possam buscar as suas...

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Aqueles que são reabilitados devem ser destinados à soltura, com projetos aprovados pelo IBAMA. É isso que tem no termo de acordo de funcionamento de centro de triagem.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem.

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - E a gente está tentando que esses...

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Quantos criadouros temos registrados aqui na Bahia?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - A gente tem dois criadouros de jabuti, um criadouro de capivara — comercial —, outro criadouro, um criadouro comercial de caititu, um criadouro conservacionista de capivara, alguns criadouros de arara conservacionistas. Comercial, de papagaios e araras, de aves, a gente ainda não tem, tem processos no IBAMA.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Perfeito.

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Talvez tenha passado algum outro criadouro que eu não me lembre assim, mas é fácil.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, eu tenho visto aqui... Há uma série de perguntas aqui, mas eu acho que a senhora, que teve — e não é um gesto comum —, a senhora, que teve a coragem de mandar esse ofício, correndo o risco de ser até incompreendida, não por mim, mas correndo esse risco, certamente tem um conhecimento muito grande do assunto, eu acredito. Então, o que a Relatoria pede da senhora é o seguinte: que mande, nos mande, no máximo num prazo de quatro dias, porque nós estamos fechando o relatório, a sua opinião sobre tráfico de animais silvestres, o que se deveria fazer, para colaborar com o Relator. Eu não tenho mais pergunta a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - O Deputado Luisinho pretende fazer alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - D. Maria, só uma pergunta simples: qual seria o motivo que a senhora estava pedindo que tirasse do centro de triagem e entregasse aos criadores? Havia maus-tratos, não há espaço suficiente? Por que seria essa necessidade de tirar o animal daquele local?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Veja bem, o centro de triagem, como o próprio nome diz, é um centro de... recebeu, destinou, uma quarentena. No máximo, esses animais deveriam passar um período de reabilitação e análise, se for viável a soltura ou a destinação, esse é o objetivo de o IBAMA manter centro de triagem. Quando é avaliado que os animais estão sem condição de soltura, eles devem ser destinados, porque, senão, vira um zoológico. Depois de um ano, dois anos, três anos, o centro de triagem passou a ser um criadouro, passou a ser um zoológico. Isso recai em prejuízo para a natureza, isso recai em prejuízo para a própria empresa, que está mantendo um animal por três, quatro, cinco anos ali, e isso pode ser um foco de doenças. Essa minha preocupação e a minha recomendação é uma recomendação também acompanhada de perto e com a aprovação, a anuência e a avaliação da Diretoria de Fauna do IBAMA, a área técnica. Isso é uma coisa que vem sendo muito discutida a nível mundial. A destinação de animais provenientes de captura é uma discussão a nível mundial. A gente tem trabalhos científicos que podemos colocar à disposição de vocês para avaliação. Essa é a minha preocupação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - D. Conceição, eu estou, desde o início, quando ouvi falar em Charles Moon, eu não sei por que a coisa me soou mal aqui no meu ouvido, e eu estou ainda, na gíria, encucado. A senhora conhece o Charles Moon?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Mas sabe das suas atividades?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Olha, tudo que ouvi foi por telefone, desculpe, por televisão, por citação no Congresso, que já foi citado aqui, foi citado o nome dele, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Como a senhora o definiria? Um traficante ou um protetor?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Olha, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu ouvi no depoimento do Joselito que ele teria recebido proposta para recuperá-lo e coisa e tal, no fim aparece com mais dezenove, tirando fotos, umas atividades suspeitas, no meu entender, que precisam ser apuradas. Agora, a dúvida minha é a seguinte: ele é traficante ou ele é um pseudo protetor ou é um protetor?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Olha, na minha ignorância não conheço nenhum trabalho científico dele. Eu não conheço nenhum trabalho científico dele, eu não conheço nenhum trabalho de proteção, eu conheço ligado à BioBrasil, que tem como Presidente o Dr. Pedro Lima, que é uma pessoa que eu conheço, só isso. E, como técnica da fauna, eu fiquei estarecida com o depoimento daquele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - E a ONG, a ONG Bio...?

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - A BioBrasil? Não conheço absolutamente nenhum trabalho, a não ser aquele que está sendo desenvolvido lá no Raso da Catarina, que eu sei que o IBAMA tem conhecimento, desconheço a promoção oficial desse trabalho, mas sei que o IBAMA tem conhecimento nesse nível, um nível muito superficial de conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Relator, eu vou fazer uma sugestão aqui, ouvidos os meus Pares, para que a Justiça Federal investigue



um pouco mais as atividades do Sr. Charles Moon aqui no Brasil, que me soa suspeito. Nós precisamos investigar porque, a exemplo do que acontece nas áreas indígenas, em que aparecem padres, pastores e outras coisas mais e, no fundo, são geólogos, biólogos etc., etc. ... Então nós precisamos realmente ter um pouco mais de zelo com a nossa segurança e com o nosso meio ambiente, porque, na realidade, hoje, lá fora estão conhecendo melhor o Brasil que nós aqui dentro. Precisamos tomar medidas sérias, drásticas, para evitar que isso continue acontecendo. Alguém mais teria outra indagação? Queria agradecer a D. Conceição e reiterar o apelo do nosso Relator para que, no máximo em quatro dias, as suas sugestões sejam encaminhadas à Comissão para integrarem o nosso relatório.

**A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA PIRES** - Toda a documentação do Núcleo de Fauna está à disposição da Comissão.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Só tem dois...Simone Sobral. *(Pausa.)* Ausente. Dilermando Mendes Farias. *(Pausa.)* Ana Célia Coutinho Machado. *(Pausa.)* Jayme Vieira Lima. *(Pausa.)* Sr. Jayme, solicito que preste o juramento.

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado."*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Dr. Jayme Vieira Lima, o senhor conhece o S. Carlinhos das Araras?

**O SR. JAYME VIEIRA LIMA** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Conhece o Sr. Joselito?

**O SR. JAYME VIEIRA LIMA** - Não, conheci aqui.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O Sr. Carlinhos das Araras fez algum negócio recentemente com o senhor?

**O SR. JAYME VIEIRA LIMA** - Recentemente não, mas há muitos anos, quinze ou dezesseis anos, eu comprei da mão do Carlinhos um casal de cacatua galerícola, que tenho até hoje.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muitos anos atrás? O senhor recebe animais da parte do IBAMA de Salvador?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Não. Não tenho recebido, não tenho recebido.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor acha que alguns bichos que recebe seriam passivos de reintrodução na natureza?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Que eu recebo?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - É.

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Não, eu hoje não recebo mais, já recebi, mas todos que recebi foram animais mansos que não tinha como ser reintroduzidos na natureza.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O senhor mantém algum tipo de comércio internacional no que diz respeito a bichos?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Já fez algum tipo de comércio com bichos, com animais?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Nunca, nunca.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Nada? Bem, Sr. Presidente, eu já me dei por satisfeito.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, faltou, por exemplo, a identificação. O Sr. Jayme Vieira representa alguma empresa, algum criadouro?

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Porque está na convocação. Segundo está aqui, ele tem registrado um minizoológico aqui em Salvador.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - O senhor ainda mantém esse zoológico?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Mantenho o zoológico, inclusive esse zoológico eu já mantenho há quarenta anos, inclusive tenho convênio com a Universidade Federal da Bahia, em que a Faculdade de Veterinária vai fazer aulas práticas lá, dos estudantes, e presta assistência médica aos animais. E também recebo as escolas, principalmente as escolas primárias, escolas de 1º grau, para estudar... estudos sobre os animais; e tenho registrado no IBAMA, tudo legalizado; os animais quase todos reproduzindo. E eu queria inclusive que vocês fizessem uma



visita lá, me dessem essa honra. Recebi, recentemente, um certificado do Ministério da Justiça. E eu queria que o Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Qual a quantidade de animal que o senhor tem lá nesse minizoológico?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Eu tenho cerca de quinhentos e tantos animais; aves. Agora, uma boa parte delas soltas, vivem na natureza e tal, agora quando eu chamo elas vêm comer na mão, e as crianças ficam lá. E abro ao público...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - É conservacionista o zoológico do senhor?

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - Conservacionista. E abro ao público dia de domingo.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Acabou de receber aqui, segundo me passou, do Ministério da Justiça, o Certificado de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

**O SR. JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA** - É o seguinte: eu transformei... era um criadouro particular, então eu transformei num instituto, a conselho inclusive de Fernando da Lavra, do IBAMA, que ele esteve há uns três anos atrás e disse: "Jayme, você já está com uma idadezinha boa, precisa ter uma pessoa que o substitua". Realmente, eu estou com 66 anos. Então, eu fui constituir esse instituto, sem fins lucrativos, para poder manter os animais, e amanhã ou depois na minha falta, tem a turma aí para continuar.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não tenho mais perguntas a serem feitas, Sr. Presidente, e eu queria registrar também que, na realidade, eu já conhecia o caso do Dr. Jayme, profundamente, e não me ocorreu na hora, porque senão não teria... mas eu conheço, foi altamente fiscalizado já, várias vezes, inclusive tentaram politizar o assunto, e nós não deixamos que fosse politizado, mas para cá vieram e já viram, e aquelas coisas que a gente tem... temos tantos assuntos aí importantes para ficarmos aí, de certa maneira, perdendo tempo com uma coisa que, pelo que me consta e pelo que já foi visto, não há tráfico de animais de maneira nenhuma. O Dr. Vieira é uma pessoa conhecida aqui da sociedade baiana... 28 anos Parlamentar, então, não vejo razão nenhuma para...



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas Relator, acho que é importante, acho que a CPI, o nosso objetivo, Dr. Jayme, é descobrir uma forma também da proteção, então estamos ouvindo tanto aqueles que fazem o tráfico como aqueles que protegem. Nós pudemos ouvir lá em São Paulo um protetor de chimpanzés, inclusive ele chorou lá na hora, fazendo a demonstração, mostrou o trabalho dele. Então, estamos buscando de todas as formas. Eu acho que a colaboração, como o nosso Relator tem pedido a todos, de que forma o senhor pode ajudar esta CPI para que o nosso relatório feche, de maneira a coibir o tráfico e ajudar aqueles que realmente têm interesse de preservar a fauna e a flora deste País. Então, agradeço a presença do senhor e estou satisfeito com a participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Sr. Jayme, eu queria fazer só uma indagação. Temos que ser pragmáticos. O tráfico envolve 30 bilhões de dólares anuais no mundo, 30 a 40, por volta de 5 a 6 bilhões no Brasil. Ora, é uma atividade lucrativa que gera emprego, gera renda e, certamente, poderá gerar impostos, desde que nós possamos dar condições não apenas aos grandes criadores. Nós temos que ver aquele caboclo lá da Amazônia que vive e que muitas vezes é usado como o laranja para os traficantes. Nós temos que dar a eles também condições para que eles possam exercer a atividade na forma da lei. Então, Sr. Relator, eu gostaria que do relatório constasse algo em torno de incentivo aos criatórios, mas não apenas para os grandes, principalmente para os mais carentes e aqueles que estão em contato mais diuturno com a própria natureza. Eu quero agradecer a sua presença e parabenizá-lo pelo minizoológico, que gostaria de conhecer, certo? E agradecer pela sua presença também. *(Pausa.)* Nós vamos fazer um breve intervalo para um lanche, até porque o próximo depoente é preso de justiça e não se encontra no local. Às 14h30min nós voltaremos. Bom almoço a todos e até já.

*(Suspende-se a reunião às 13h44min.)*